



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THAYLANA SORAYA DA SILVA JUCÁ

**O NOVO CONTESTADO:** territorialidade e conflitos entre o Parque Nacional do Cabo Orange e a Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani, no Estado do Amapá

MACAPÁ  
2015

THAYLANA SORAYA DA SILVA JUCÁ

**O NOVO CONTESTADO:** territorialidade e conflitos entre o Parque Nacional do Cabo Orange e a Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani, no Estado do Amapá

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador:  
Profº Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima.

MACAPÁ  
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

981.16

J91n Jucá, Thaylana Soraya da Silva.

O novo contestado: territorialidade e conflitos entre o Parque Nacional do Cabo Orange e a comunidade remanescente do quilombo de Cunani, no estado do Amapá / Thaylana Soraya da Silva Jucá; orientador, Ricardo Ângelo Pereira de Lima. – Macapá, 2015.  
100 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

THAYLANA SORAYA DA SILVA JUCÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador:  
Profº Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima.

Data da aprovação: 18 / 11 / 2015

BANCA EXAMINADORA

---

Profº. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima  
Orientador (UNIFAP)

---

Profº Dr. José Maria da Silva  
Membro (UNIFAP)

---

Profº Dr. João Marcio Palheta da Silva  
Membro (UFPA)

---

Profº Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto  
Membro (UNIFAP)

---

Profª. Dra. Simone Pereira Garcia  
Suplente (UNIFAP)

---

Profº Dr. Iuri Cavlak  
Suplente (UNIFAP)

A todos os “Filhos de Cunani” que me receberam de braços abertos em suas casas e compartilharam comigo suas histórias, memórias e várias xícaras de café.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, e em especial à minha mãe Cléia Helita da Silva Serra que sempre foi minha maior incentivadora e nunca mediu esforços para garantir que eu tivesse acesso ao conhecimento.

Ao professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima pela sua orientação, por ter abraçado a minha proposta de trabalho para o mestrado e por estar sempre disponível a me direcionar no melhor caminho para a construção desse trabalho.

À professora Maria do Socorro dos Santos Oliveira que durante a graduação despertou meu olhar para o estudo das comunidades quilombolas, e até hoje é uma entusiasta dos meus trabalhos.

Ao professor Dr. José Maria da Silva pelas valorosas reflexões e indicação de leituras tanto no exame de qualificação do projeto de pesquisa quanto na defesa da dissertação.

Aos professores doutores João Marcio Palheta da Silva e Manoel de Jesus de Souza Pinto pelas contribuições durante a defesa da dissertação.

Ao amigo professor Ms. Luís Alexandre Lemos Costa que desde o processo seletivo sempre me apoiou, além de me acompanhar na pesquisa de campo.

Ao amigo Laércio Gomes Rodrigues pelo auxílio na revisão final da dissertação.

Aos analistas ambientais Ricardo Motta Pires (chefe do Parque Nacional do Cabo Orange) e Ivan Vasconcelos, por disponibilizarem o posto do ICMBIO para minha hospedagem e por toda atenção dedicada aos meus questionamentos.

Aos colegas da turma 2013 do Mestrado pelo companheirismo; por todos os momentos de construção de conhecimento e descontração.

Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. (LITTLE, 2002, p.11).

## RESUMO

A Comunidade de Cunani localiza-se no município de Calçoene, no Estado do Amapá. O processo histórico do lugar é marcado pela resistência de diversos atores sociais que imprimiram sua marca e construíram aquele espaço como um território de luta. O lugar tem grande importância no contexto histórico regional, e fez parte do Contestado franco-brasileiro durante os séculos XVIII e XIX. Capítulo importante na história de Cunani é o fato de, em 1885, ter sido declarada República de Cunani, a qual não resistiu às pressões e chegou ao fim dois anos depois. Atualmente os moradores se auto-identificam como remanescentes de quilombo. No Amapá formaram-se vários quilombos, os quais tem lutado pelos direitos aos seus territórios. Na atualidade o território amapaense também tem papel significativo no cenário da preservação ambiental com cerca de 60% do seu território demarcado como unidades de conservação. Essas unidades impactaram diretamente as comunidades locais e tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais disponíveis onde hoje estão essas unidades, como é o caso de Cunani, que teve seu território sobreposto pelo Parque Nacional do Cabo Orange. Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar as transformações na territorialidade e nas práticas cotidianas da comunidade de Cunani dentro do Parque Nacional do Cabo Orange, e os conflitos gerados a partir da criação desta Unidade de Conservação. Esse trabalho traz uma abordagem qualitativa, na qual utilizamos a pesquisa etnográfica como meio para coletar os dados e alcançar nossos objetivos. Ao longo do trabalho lançamos mão das narrativas coletadas junto aos moradores de Cunani em longas conversas na pesquisa de campo.

Palavras-chave: Cunani. Quilombo. Territorialidade. Conflitos. Unidade de conservação.



## ABSTRACT

The Cunani community is located in Calçoene municipality in Amapá State. The place historical process is marked by the resistance of various social actors that their mark and built that space as a struggle territory. The place has great importance in the regional historical context, and was part of Brazilian Franco Contested during the eighteenth and nineteenth centuries. Important chapter in Cunani history is that in 1885 was declared Republic of Cunani, which succumbed to the pressures and came to an end two years later. Currently residents identify themselves as quilombo remnants. Amapá formed several quilombos, which has fought for the rights to their territories. Nowadays the Amapá territory also has significant role in environmental preservation scenery with about 60% of its territory marked as protected areas. These units impacted local and traditional communities directly, which depend on natural resources available where today are these units, as is the case of Cunani, that had its territory overlapped by the Cabo Orange National Park. Thus, the aim of this study is to analyze the changes in Cunani community territoriality and the daily practices within the Cabo Orange National Park, and the conflicts generated from the creation of this protected area. This work brings a qualitative approach in which use ethnographic research as a means to collect the data and achieve our goals. Throughout the work we lay hold of the narratives collected from the Cunani residents in long conversations in research field.

Keywords: Cunani. Quilombo. Territoriality. Conflicts. Protected Areas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa da região norte do Brasil e identificação de Cunani .....	14
Figura 2 -	Unidades de conservação e territórios indígenas do Estado do Amapá ....	32
Figura 3 -	Território do PNCO .....	35
Figura 4 -	Símbolo do PNCO .....	36
Figura 5 -	Território Contestado .....	48
Figura 6 -	Visão aérea do quilombo de Cunani .....	58
Figura 7 -	Mapa demonstrativo da distribuição espacial do uso do solo .....	64
Figura 8 -	Localização de Cunani e PNCO .....	70
Figura 9 -	Destaque da área do conflito territorial	72

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 -	Posto de apoio do ICMBIO em Cunani .....	38
Foto 2 -	Ramal do Cunani durante o verão .....	55
Foto 3 -	Trecho do ramal que foi alagado durante o período chuvoso .....	56
Foto 4 -	Ponte de acesso à comunidade de Cunani .....	57
Foto 5 -	Posto de saúde .....	59
Foto 6 -	Capela de Santa Maria .....	59
Foto 7 -	Artigos do período da República de Cunani .....	60
Foto 8 -	Escola Estadual Vila de Cunani .....	61
Foto 9 -	Motor gerador de energia da vila .....	62
Foto 10 -	Produção de farinha de mandioca .....	63
Foto 11 -	Extrativismo do açaí .....	64
Foto 12 -	Apresentação do Zima durante o Encontro dos Tambores 2014 .....	66
Foto 13 -	Levantamento do mastro de São Benedito .....	67
Foto 14 -	Construção de “invasor” .....	69
Foto 15 -	Palestra do ICMBIO em Cunani .....	77
Foto 16 -	Construção de nova residência na vila .....	86

## LISTA DE SIGLAS

AMRQC	Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo de Cunani
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
AGU	Advocacia Geral da União
D.O.U	Diário Oficial da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
PM	Plano de Manejo
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
PNMA	Política Nacional para o Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OIT	Organização Internacional do Trabalho
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 TERRITÓRIO, IDENTIDADE E CONFLITOS .....</b>	<b>19</b>
1.1 CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE .....	19
1.2 TERRITÓRIO, IDENTIDADE E POPULAÇÕES TRADICIONAIS .....	21
1.3 REPRESENTAÇÕES DA AMAZÔNIA .....	23
1.4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS .....	25
<b>2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS ...</b>	<b>27</b>
2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	27
2.1.1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAPÁ .....	31
2.1.2 O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE .....	34
2.2 A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS E SEUS REMANESCENTES .....	41
2.2.1 A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NAS TERRAS DO CABO NORTE .....	44
2.2.2 CUNANI: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO .....	47
2.2.3 COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE CUNANI: CONTEXTO ATUAL .....	54
<b>3 O NOVO CONTESTADO .....</b>	<b>71</b>
3.1 A SOBREPOSIÇÃO TERRITORIAL DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E A COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE CUNANI .....	71
3.2 AS BATALHAS PARA A TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CUNANI .....	73
3.3 AS POSSIBILIDADES DE SOLUÇÃO DO CONFLITO .....	80
3.4 AS NARRATIVAS SOBRE O CONFLITO .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
<b>Anexo A - Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange ..</b>	<b>98</b>
<b>Anexo B - Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani .....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

O território é um elemento de grande relevância para o desenvolvimento de determinado local, contudo, é necessário compreender esse território como produto da ação dos indivíduos, e que ao mesmo tempo exerce poder sobre eles, portanto, é um espaço de vários movimentos como de afirmação e reivindicação. O território não pode ser reduzido apenas ao *locus* onde acontece o desenvolvimento, e sim, como um dos pilares desse processo.

Instiga-nos o fato da Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani está localizada nos limites de uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, cujas lógicas de apropriação do território são diferenciadas, haja vista que o objetivo básico desse grupo de unidade é preservar a natureza, mantendo os ecossistemas livres de alterações causadas por interferências humanas, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000), enquanto que as comunidades tradicionais estabelecem relação direta com esses recursos no seu cotidiano.

A área demarcada como unidade de conservação de proteção integral que impacta diretamente o território produzido pelas comunidades locais, as quais dificilmente são consultadas durante o processo de criação das referidas unidades. A fragilidade no diálogo entre as comunidades locais e os órgãos ambientais quando da criação e gestão das unidades de conservação, acirra os conflitos socioambientais.

Neste trabalho partimos do entendimento de que, assim como a fuga e formação de quilombos foram uma forma de resistência ao escravismo; na atualidade, os conflitos socioambientais configuram-se como uma forma de resistência das comunidades locais ao modelo de gestão dos recursos naturais praticados pelos órgãos ambientais e outros atores externos às comunidades.

Nosso objeto é a Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani, localizada no município de Calçoene, estado do Amapá, no norte do Brasil, conforme a figura 1.

Figura 1: mapa da região norte do Brasil e identificação de Cunani.



Fonte: Google eath. Adaptações Elaboração: Eliakim Silva (2015).

A Comunidade de Cunani, e a região onde se encontra, tem papel marcante na história e no cenário do desenvolvimento regional. Está localizada no território Contestado entre Portugal e França, durante os séculos XIII e XIX. Neste sentido, o título do trabalho remonta a esse momento histórico, e faz um paralelo com a realidade atual de uma parcela desse território que hoje é novamente contestado e gera novos conflitos dentro do território de Cunani.

A comunidade se auto-identifica como remanescente de quilombo e possui Certificação pela Fundação Cultural Palmares e aguarda o processo de titulação de seu território; no decorrer deste trabalho a comunidade, mesmo não tendo seu processo concluído, será tratada como quilombola ou remanescente de quilombo, pois é assim que se identificam.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as transformações na territorialidade e nas práticas cotidianas da comunidade de Cunani dentro do Parque Nacional do Cabo Orange, e os conflitos gerados a partir da criação desta unidade de conservação.

Foram determinados os seguintes objetivos específicos: a) Analisar a criação das Unidades de Conservação no Brasil, situando o Parque Nacional do Cabo Orange como instrumento de gestão ambiental; b) Levantar o processo histórico de Cunani, com vistas a verificar como os atores sociais construíram um território de resistência; c) Interpretar como o

Parque Nacional do Cabo Orange impactam as práticas cotidianas e a vida da comunidade de Cunani.

O problema que move esta investigação é: quais as principais transformações na territorialidade e nas práticas cotidianas da comunidade de Cunani, a partir da criação do Parque Nacional do Cabo Orange? E, que conflitos surgem entre os atores locais e os gestores do Parque?

A hipótese inicial defende que a criação e gestão do Parque Nacional do Cabo Orange, unidade de proteção integral, impactam as práticas cotidianas e as formas de uso dos recursos naturais desenvolvidas pela comunidade de Cunani, gerando conflitos.

O interesse por comunidades quilombolas foi despertado durante a graduação, o que gerou o trabalho de conclusão de curso, e pela participação no grupo de extensão e pesquisa denominado Estudo Diagnóstico de Comunidades Quilombolas do estado do Amapá, o qual nos possibilitou conhecer um pouco da literatura e realidade dessas comunidades.

Durante os estudos observou-se que essas comunidades mantêm relações diretas com o meio ambiente. As relações com os recursos naturais são concretizadas através de práticas tradicionais, como a agricultura e a pesca, ou mesmo nas atividades religiosas e de lazer. Essa observação é pertinente à Comunidade de Cunani, o que nos motivou a elegê-la como objeto de estudo no mestrado.

Nossa proposta foi se delineando a partir das disciplinas ministradas durante o curso, quando delimitamos a perspectiva da territorialidade e conflitos em áreas protegidas, que em nossa abordagem está representada pela comunidade quilombola e o parque nacional. A sobreposição desses dois territórios tem gerado conflitos entre a comunidade e os órgãos ambientais, uma vez que as práticas cotidianas e o uso de recursos naturais pelos remanescentes quilombolas confrontam com as normas do parque nacional.

O estudo é relevante para o debate do Desenvolvimento Regional, uma vez que o território é elemento essencial para o desenvolvimento das populações tradicionais e das sociedades em geral. Ao mesmo tempo, entendemos que a criação de unidades de conservação é uma temática que não se restringe ao aspecto ambiental, deve também ser apropriada dentro da lógica de planejamento do território e construída com as populações locais.

Acreditamos que ao propor esse debate cumprimos com uma responsabilidade política da academia para com as populações locais, em especial as comunidades quilombolas. Com isso, nos propomos a escutar essas populações, visto que elas atuam ativamente no campo de disputas. Nosso esforço visa contribuir com o debate do



desenvolvimento regional que considere a participação das populações locais e de seu desenvolvimento.

A título de análise, esse trabalho adota a concepção de desenvolvimento defendida por Sen (2010, p. 16) que concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam; portanto, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática ou interferência excessiva de estados repressivos”.

Quanto à natureza, esse trabalho caracteriza-se dentro do método qualitativo, que é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008).

Nessa perspectiva, optamos pela Pesquisa Etnográfica, que tradicionalmente é conhecida e executada pela Antropologia. Contudo, outras áreas do conhecimento também tem se apropriado desse tipo de pesquisa com o objetivo de garantir maior densidade em seus trabalhos (ANDRÉ; LUDKE, 1986).

Geertz (2008) destaca que é papel da etnografia realizar uma descrição densa do seu objeto de estudo, constituindo-se assim, uma interpretação de determinada cultura. Nossa abordagem segue os pressupostos da antropologia interpretativa defendida por Geertz, que defende uma descrição feita a partir da visão do objeto, que os indivíduos têm muito a dizer sobre si mesmos. É nesse sentido que nos lançamos à pesquisa de campo, para saber o que os moradores têm a dizer sobre si e suas vivências naquele território.

Utilizamos a observação participante, método utilizado por Malinowski em seu trabalho de campo no arquipélago da Nova Guiné (1978). Este método também é conhecido como observação ativa, que “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, no grupo ou de uma situação determinada” (GIL, 2008, p. 103). A observação participante possibilita ao pesquisador assumir, até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Disso resultam as afirmações que esta técnica permite alcançar o conhecimento da vida grupal a partir do seu interior.

Seguindo a principal característica da pesquisa etnográfica, a observação participante, emergimos a campo para termos o contato direto com o objeto; com essa finalidade acompanhamos 04 (quatro) reuniões em Macapá que trataram de interesses da comunidade, todas mediadas pelo Ministério Público Federal.

A observação participante em Cunani foi fundamental para dimensionarmos a realidade da comunidade; nossas estadias no local duraram entre dois e quatro dias, quando foi possível acompanhar o cotidiano da vila e estreitar as relações com os moradores. Estivemos na vila em dias “comuns” e em momentos festivos. Também conversamos com Cunanienses que residem em Calçoene e Macapá, mas que frequentam a comunidade e não perdem o vínculo com Cunani.

A colaboração dos “filhos de Cunani”<sup>1</sup> foi substancial em todos os momentos da pesquisa de campo, ao compartilhar suas histórias e memórias, ao oferecer um alimento, ao compartilhar seus meios de transporte, e até mesmo ao ceder um lugar para colocar nossa rede de dormir. Assim como a equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) que, sempre solícita, nos abrigou em seu posto.

Em campo, os dados foram coletados durante longas conversas que, em sua maioria, aconteceram nas residências dos moradores; os diálogos foram registrados no caderno de campo, também com auxílio de recursos audio-visuais, como gravador de áudio, câmara fotográfica, e posteriormente foi feita a transcrição.

As conversas foram com os “filhos de Cunani”, tanto os que moram na comunidade, quanto os que residem na sede de Calçoene ou mesmo em Macapá. A seleção desses interlocutores se deu por indicação de outros moradores, ou pela própria representatividade ou prestígio que o membro tem no grupo. Ao todo foram 12 (doze) interlocutores, dos quais alguns estão identificados nominalmente e outros serão identificados pela letra F (fazendo referência à expressão “filhos de Cunani”) seguida de um numeral.

A equipe do ICMBio, composta por 03 (três) analistas ambientais, também foi ouvida com o objetivo de coletar dados para a caracterização do parque e da relação com a comunidade; 02 (dois) dos analistas colaboraram diretamente conosco (um destes, o chefe do Parque).

Os resultados da pesquisa de campo estão presentes no corpo das segunda e terceira seções. As pesquisas bibliográfica e documental foram primordiais na fundamentação teórica da discussão produzida.

O trabalho está organizado em três seções. Na primeira seção tecemos reflexões sobre a concepção de território enquanto um espaço construído pelo homem e como elemento de importância ímpar para o desenvolvimento das populações tradicionais, o que gera vários

---

<sup>1</sup> Filhos de Cunani – Expressão utilizada para designar as pessoas que nascem em Cunani. O termo também é evocado para expressar o orgulho por nascer na comunidade.

conflitos. É feita ainda uma breve análise de representações da Amazônia a fim de entender como se construiu a visão da região como território da preservação ambiental.

A segunda seção aborda Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas. Primeiramente é feita a contextualização da criação das unidades de conservação como instrumento para a preservação ambiental; retratamos a criação das unidades de conservação no Amapá com destaque para o Parque Nacional do Cabo Orange, a primeira unidade criada no Estado, e que se sobrepõe em parte do território requerido pela Comunidade de Cunani.

Em seguida, fazemos a abordagem sobre a formação de quilombos no Brasil e no Amapá para contextualizar o surgimento da Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani. Posteriormente é construída uma visão histórica e geral da comunidade em questão.

Após conhecermos a comunidade e a unidade de conservação, na terceira seção analisamos os conflitos gerados a partir da sobreposição de territórios e das intervenções do Parque Nacional do Cabo Orange nas práticas sociais e na territorialidade da comunidade. Discutimos também o direito da comunidade ao seu território histórico. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

## 1 TERRITÓRIO, IDENTIDADE E CONFLITOS

Nesta seção abordaremos os conceitos de território e territorialidade; essa discussão se fez necessária para contextualizar a importância do território para as populações tradicionais e, ao mesmo tempo entender como que esses povos produzem e interagem nesse espaço, constituindo suas territorialidades. Faremos uma breve exposição sobre representações da Amazônia, com o intuito de perceber os antecedentes do retrato dessa região como território da preservação ambiental na sociedade moderna.

### 1.1 CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A organização do espaço é uma das preocupações centrais das ciências geográficas; a Geografia lança mão de muitos conceitos para compreender os “processos espaciais que estão em constante devir, um fazer-se permanente, como produto histórico-social de produção do espaço geográfico” (GUEDES, 2009, p. 25).

Em virtude dessa dinâmica do espaço, conceituar um determinado processo torna-se cada vez mais difícil; não é incomum, por exemplo, falas que afirmam a complexidade que é discutir o conceito de território. Sendo assim, não seremos pretenciosos em nos aprofundar nesse debate, mas, entendemos que se faz necessário fazer uma breve explanação da importância do conceito de território e territorialidade no ordenamento do espaço.

Em vez do território reduzido exclusivamente à sua dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e sob domínio do Estado, entende-se que o território é produto de processos de controle, dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes estatais e não-estatais. Os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos.

Nessa perspectiva, entendemos que o território não pode ser reduzido apenas ao lócus onde acontece o desenvolvimento, e sim, como um dos pilares desse processo. Brandão afirma que o “Território é nexos, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos.”. Raffestin (1993) ao diferenciar espaço e território reforça a visão do território como uma construção ao concebê-lo como um “espaço onde se

projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

O dinamismo dos tempos modernos faz com que até mesmo os conceitos se reinventem e tragam novas perspectivas ao planejamento territorial e urbano, como destaca Raffestin (1993) ao afirmar que o capitalismo continuamente desenha e redesenha “novas geografias”, produzindo novas escalas, novos pontos nodais, rearranjando as forças da polarização, da heterogeneidade e da dominação territorial. Tendo em vista essa realidade, o planejamento aponta como uma chave para a intervenção sobre o território, contudo, nesse caminho há disputa de poder entre os atores sociais para ter esse domínio.

Os termos espaço e território não são equivalentes. Como bem explicita Raffestin (1993), o espaço representa um grau maior de abstração; já o território se entende como um lugar posterior ao espaço onde os atores se apropriam em decorrência de suas relações de poder. Albagli (2004) explica que “cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço”. Nessa perspectiva, o interesse em se estudar o território não ficou restrito somente ao campo da ciência geográfica, expandiu-se às ciências políticas, ao Direito, Sociologia e Antropologia, cada uma com abordagens específicas.

O território amplia o seu significado, não estando restrito a um conceito físico ou espacial; sua importância se efetiva nas ações sociais que são desenvolvidas no espaço. Nesse sentido, a geografia é humana efetiva-se por meio do desenvolvimento do grupo, da interação não só entre os homens, mas também entre esses últimos e o meio ambiente.

Segundo Segatto (2015, p. 2), a noção de território é de uma ordem mais acessível porque o termo já nasce como representação. “Território alude a uma apropriação política do espaço, que tem a ver com sua administração e, portanto, com sua delimitação, classificação, habitação, uso, distribuição, defesa e, muito especialmente, identificação”.

Quanto à territorialidade, Raffestin (1993) considera ser um “conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Quando consideradas as dinâmicas das relações é possível classificar diversos tipos de territorialidade.

Cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu *outro*. Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no

espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território (SAQUET, 2010, p. 131).

Albagli (2004) ressalta que cada tipo de territorialidade corresponde a um tipo de temporalidade que coexistem e, expressam as “diferenças, desigualdades e relações de poder”. Essa temporalidade será construída pelos indivíduos durante seu percurso histórico, quando constroem e reconstroem seu modo de vida, relacionando-se com o meio e imprimindo suas percepções individuais e coletivas, pode ser expressa por formas específicas de relacionar-se com os outros e o ambiente, como por exemplo, através do uso comum de bens.

## 1.2 TERRITÓRIO, IDENTIDADE E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

As populações produzem os seus territórios; eles são construídos a partir da ação dos homens sobre determinado espaço. Atualmente, as comunidades que têm no seu território um elemento que compõem sua identidade e que tem em suas práticas o contato e uso direto dos recursos naturais são denominadas por várias expressões como comunidades ou populações tradicionais. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002).

Almeida (2012) retrata esses territórios como “terras tradicionalmente ocupadas”, por entender que elas expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. O autor fala das normas estabelecidas pelos grupos para o uso desses recursos.

Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 2008, p.28).

Segundo Almeida (2008), os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. Sendo assim, essas populações se apresentam como movimentos sociais que estão cada vez se organizando e criando grandes redes para ganharem força diante da forte batalha que é a reivindicação dos direitos territoriais, ainda mais se considerarmos que existem atores externos que lucram com a

especulação fundiária, a grilagem e expropriação desses territórios que geralmente são bem localizados e detentores de várias riquezas.

São muitos os questionamentos acerca das populações ou sociedades tradicionais, principalmente no que tange a dificuldade em definir o que é tradicional em se tratando de relações culturais uma vez que a cultura se transforma. Diegues (2004) avança nesse pensamento ao discorrer que as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2004, p. 87).

Little (2002) fala do uso da expressão populações tradicionais no contexto ambientalista. Afirma que o conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas em lidar com todos os grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, entendidos aqui como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades.

Antes da demarcação como unidades de conservação essas áreas eram tidas como territórios de uso comum, e mesmo que a preservação da natureza tenha em vista a proteção desses bens naturais para a coletividade, o entendimento sobre uso comum aqui tem dimensões diferentes. Vale ressaltar que quando estamos tratando das populações tradicionais e a apropriação coletiva, não quer dizer que não haja propriedade individual, proposição defendida por Little:

A existência de propriedade social no interior do território de um grupo não necessariamente implica que toda a propriedade é coletivizada e que não há propriedade individual. Cada grupo possui regras específicas de acesso aos recursos naturais (incluindo a terra) que podem variar de inúmeras maneiras (LITTLE, 2002, p. 7).

A relação entre as populações tradicionais, o território e a identidade funciona como um tripé no qual um depende e se sustenta no outro; é como uma relação de simbiose. Quando perdem seu território, as comunidades tradicionais perdem parte de sua identidade, essa última é construída nas relações sociais através dos processos de territorialidade.

A Amazônia pode ser caracterizada como habitat de várias populações tradicionais, estas elaboram seus territórios e constroem suas identidades com base nas relações entre si e nas relações com o meio ambiente – indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas são corresponsáveis pela diversidade biológica e cultural da região. A seguir, veremos as representações da Amazônia, elaboradas pelo colonizador, que a subjuga de acordo com os interesses e visão de mundo que desconsidera os povos tradicionais.

### 1.3 REPRESENTAÇÕES DA AMAZÔNIA

Desde a chegada europeia no Brasil, a Amazônia tem sido representada no cenário mundial com foco na beleza cênica da região. Muitas imagens representadas têm sido construídas principalmente a partir do olhar de atores externos à realidade local. Várias expedições partiram a caminho da Amazônia com o objetivo de desbravar a região e conhecer o que existia nesse imenso território; frutos dessas incursões temos relatórios de expedições, diários de campo, contos, crônicas, entre outros.

Nesse sentido, Cambraia e Lobato (2013) destacam a expedição de Gonzalo Pizarro e de Francisco Orellana (1541-1542) como a que teve maiores consequências para a emergência da Amazônia como lugar fantástico. A expedição partiu de Quito até o oceano Atlântico, foi a primeira a percorrer toda a extensão do rio Amazonas, e produziu muitas informações reais e fantasiosas sobre a região, exemplo dessa visão fantasiosa é o mito das Amazonas.

Como podemos observar na fala de Euclides da Cunha que chegou a Amazônia em 1905, em expedição aos rios Juruá e Purus:



A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. Desde os primeiros tempos da Colônia, as mais imponentes expedições e solenes visitas pastorais rumavam de preferência às suas plagas desconhecidas. Para lá os mais veneráveis bispos, os mais garbosos capitães-generais, os mais lúcidos cientistas. E do amanho do solo que se tentou afeiçoar a exóticas especiarias, à cultura do aborígene que se procurou erguer aos mais altos destinos, a metrópole longínqua demasíara-se em desvelos à terra que sobre todas lhe compensaria o perdimento da Índia portentosa (CUNHA, 2000, p.123).

A região é retratada pelos olhos dos colonizadores que descrevem e constroem uma visão mítica tanto do lugar quanto dos sujeitos. Quanto a sua natureza, a Amazônia também é descrita como o inferno verde, devido a sua imensidão e a dificuldade dos visitantes em conhecer e viver nesse ambiente.

Dadas as suas especificidades, os projetos de ocupação da Amazônia mostravam-se ineficientes. A militarização foi parte importante no projeto de ocupação da região do vale amazônico, as vilas eram implantadas já tendo a preocupação em proteger as terras recém-conquistadas. As terras do vale amazônico eram de grande extensão e tinham características peculiares, uma região de difícil acesso, com densas florestas e muito rica em matérias-primas, as quais eram objeto de desejo de muitas nações.

O fato é que as estratégias de ocupação desenvolvidas nessa região diferenciam-se do ocorrido nas demais colônias, aqui a coroa encontrou condições ímpares que a forçaram a utilizar-se de jogos políticos para conseguir a efetiva colonização; um aspecto importante é o projeto de militarização, o qual absorveu grande parte da mão-de-obra escrava africana trazida para a região, os negros trabalhavam nas construções militares, nas construções das vilas e na produção agrícola.

A Amazônia, desde o período colonial, é foco de discursos sobre suas riquezas naturais, com representações que vão desde o “paraíso perdido” ao “inferno verde”. Cada visão foi adotada em consequência das dificuldades ou êxitos das expedições realizadas na região.

A sociedade moderna ainda reflete parte desses pensamentos, agora no contexto do debate sobre o meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Nesse novo quadro da problemática ambiental a Amazônia volta a ter papel marcante sendo representada como o “pulmão do mundo”. Rocha (2007):

Envolta nas contradições do capitalismo globalizado, a Amazônia tornou-se alvo de interesses e pressões externas, pelos recursos estratégicos e vitais de que dispõe para a segurança planetária. Os riscos do fantasma da internacionalização, a vulnerabilidade das fronteiras, o desmatamento descontrolado, a morte de Chico Mendes e a causa indígena nos fins da década de 1980 moldaram a Amazônia sob as lentes do mundo desenvolvido, como reserva biológica a ser preservada (ROCHA, 2007, p. 69).

É incontestável que a Amazônia é uma região rica em recursos naturais e biodiversidade significativa e particular. Contudo, não podemos esquecer que ela não é o vazio demográfico que muitos acreditam. Nessa região vivem um grande número de populações, que historicamente produzem seus territórios e que interagem com o seu meio, com os outros indivíduos, e com esses recursos naturais contemplados, desejados e contestados pela humanidade. É necessário que tenhamos um novo olhar sobre o meio ambiente, como podemos apreender das palavras de Godard (1997, p. 202) quando diz:

Se um enfoque desse tipo conduz, por um lado, à superação de uma atitude meramente “protetora” ou “defensiva” do meio ambiente, ele nos convida, por outro, a um esforço de renovação da abordagem tradicional dos recursos naturais, evitando reduzi-los seja ao arquétipo da mercadoria cuja sorte é regulada pelo mercado, seja à noção arcaica de bem livre disponível à vontade.

Destacamos que além das belezas naturais, a Amazônia possui diversos territórios elaborados pelos povos que historicamente a habitam, estes mantêm relações específicas entre si e com os que chegaram para colonizá-la. Essas relações podem ser harmônicas ou desarmonicas, dependendo dos atores e dos interesses envolvidos. Dito isto, pode se afirmar que o colonizador e seus sucessores, entendido como o estado-nação, quando se relaciona com estes povos, os subjuga, negando-os os direitos, como no caso do direito tradicional da terra. Por outro lado, as populações tradicionais se mobilizam no sentido de fazer frente à negação dos direitos, ou no sentido de pressionar as engrenagens dos organismos estatais para que estes as reconheçam como sujeitos e detentores de direitos sobre os territórios, destes encontros, geram-se conflitos que, a depender da situação, se arrolam por décadas.

#### 1.4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Os conflitos são importantes no processo de construção de novas ordens sociais, ou seja, nem sempre o conflito deve ser entendido negativamente visto que a relação conflituosa pode gerar resultados positivos para a sociedade e grupos em questão.

Desde as sociedades antigas, a terra é motivo de muitas tensões, e isso não diz respeito somente à expansão dos domínios das nações. Nesses conflitos está presente também a simbologia desses espaços para aqueles que tencionam sobre eles. Devemos considerar que o que está em jogo é a disputa de poder que um grupo exerce sobre determinado território.

Nessa perspectiva, podemos situar os conflitos socioambientais que segundo Little (2002) podem ser entendidos como disputas entre grupos sociais provenientes de distintas formas de relações por eles mantidas com seu meio natural. E esse meio pode estar tanto em espaços rurais como urbanos, envolvendo diversos grupos e até o próprio poder público.

Os conflitos se disseminam com velocidade quando há disputa pelos recursos naturais e uso do território. Não são poucos os exemplos de conflitos socioambientais no Brasil envolvendo populações tradicionais; são indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades periféricas, instituições governamentais, grileiros, especuladores fundiários e muitos outros.

Os conflitos socioambientais têm ocorrido com muita frequência em áreas protegidas, e geralmente se arrastam por longos períodos chegando a acontecerem lutas armadas, o que já tirou a vida de muitos sujeitos. Esses conflitos sempre cerceiam alguma das partes quanto ao acesso e autonomia sobre o território, como veremos na terceira seção desse trabalho quando analisamos os conflitos existentes entre uma comunidade quilombola e uma unidade de preservação.

## 2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Essa seção faz a contextualização dos dois tipos de áreas protegidas enfatizadas neste trabalho. Primeiramente faz-se abordagem sobre a criação de unidades de conservação, com ênfase no Parque Nacional do Cabo Orange; no segundo momento, discorre-se sobre a formação de quilombos, para fundamentar a caracterização do nosso objeto de estudo.

### 2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A sociedade moderna vive a problemática ambiental com índices alarmantes de danos ao meio ambiente como poluição, o uso acelerado dos recursos naturais, extinção de espécies animais e vegetais, entre outros. Há quem diga que toda essa “questão ambiental” surgiu com a Revolução Industrial em virtude do crescimento econômico gerado, contudo, há quem discorde dessa preposição.

Veiga (2010) defende que não podemos colocar o crescimento econômico na condição de produto da Revolução industrial, uma vez que estamos incorrendo no erro de subestimar todo o crescimento econômico alcançado anteriormente por diversas nações. Defende também que o casamento entre a ciência e a tecnologia, no final do século XIX é muito mais representativo nas mudanças do mundo do que a Revolução Industrial com suas fábricas e demais características.

Não se pode negar que a lógica de “desenvolvimento” das sociedades modernas é pautada no uso irracional dos recursos naturais (BOFF, 2004). Em virtude disso, os olhares e debates sobre a crise ambiental tomam proporções mundiais. Nessa efervescência ambiental podemos destacar alguns marcos históricos, como a Conferência de Estocolmo em 1972, o Relatório Brundtland 1987 e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento mais conhecida como Rio 92; são momentos nos quais os países definem objetivos a serem alcançados no que tange o uso racional dos recursos naturais.

O Clube de Roma em 1968 teve papel fundamental para o debate sobre o homem e o meio ambiente ao “incorporar” questões sociais, políticas, ecológicas e econômicas da relação homem e meio ambiente (SANTOS, 2004).

É nesse cenário que o Desenvolvimento Sustentável surge como utopia para o século XXI (VEIGA, 2010), postulando a necessidade de buscar um paradigma científico, capaz de substituir o industrialismo.

O Relatório Brundtland, mais conhecido como "Nosso Futuro Comum" é um marco histórico, pois, nele é defendido o conceito de que desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que atende às necessidades da geração presente sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. Com vistas nesse relatório, Passos e Gemaque (2002, p.64) afirmam:

A este desenvolvimento, que não esgota, mas conserva e realimenta sua fonte de recursos naturais, que não inviabiliza a sociedade, mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados, que não é movido apenas pelos interesses imediatistas, mas sim baseado no planejamento de sua trajetória e que, por essas razões, é capaz de manter-se no espaço e no tempo, é que damos o nome de desenvolvimento sustentável.

Proteger o meio ambiente requer uma política capaz de direcionar e instrumentalizar as ações. Nessa perspectiva, política ambiental é um conjunto de metas e instrumentos elaborados com o objetivo de pensar o meio ambiente e estabelecer instrumentos para proteger e regulamentar o uso do território e dos recursos naturais. Vale ressaltar que pressupõe a interação complexa entre vários atores sociais, pois, deve ser pensada coletivamente para servir a sociedade em geral.

Nessa vertente, as áreas naturais protegidas configuraram-se como um instrumento de política ambiental marcante no cenário mundial. Data de 1871 a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos, a primeira unidade de conservação do mundo.

Sem dúvida a criação deste parque é um marco na criação de unidades naturais protegidas e na visão das UC como um importante instrumento na proteção dos recursos naturais. Contudo, existem muitas críticas quanto ao modelo que essa unidade americana representa. Quanto a esse modelo Vallejo (2003, p. 3) destaca:

No processo de criação do PN de Yellowstone, prevaleceu uma perspectiva preservacionista que via nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza de grande beleza contra os efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Ela se baseava nas conseqüências do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dessa forma, qualquer intervenção humana na natureza era vista de forma negativa. Desconsiderava-se que os índios americanos tinham vivido em harmonia com a natureza por milhares de anos. Para os preservacionistas americanos, todos os grupos sociais eram iguais e a natureza deveria ser mantida intocada das ações negativas da humanidade. Esse modelo americano acabou se espalhando pelo mundo numa perspectiva dicotômica entre "povos" e "parques".

Ao voltar o olhar para o nosso país, podemos afirmar que a política ambiental nacional não é fruto de uma iniciativa independente do Brasil para pensar e amenizar os problemas ambientais. Ela surge como reflexo do que vinha sendo discutido mundialmente, como é o caso do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) regulamentado no Decreto nº 5.758/2006 (BRASIL, 2006), o qual expressa o compromisso do Governo Brasileiro para instrumentalizar e implementar o Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Em 1981, através da Lei nº 6.938, foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e em seu artigo 9º cita a criação de áreas protegidas como um instrumento da política ambiental (BRASIL, 1981).

Almeida (2009) destaca que nos anos seguintes houve um avanço quantitativo considerável na criação de novas áreas protegidas, contudo, constatou-se que as áreas criadas até então, não eram suficientes para garantir a preservação da biodiversidade. A situação exposta anteriormente foi levantada durante a conferência Rio 92, o que resultou em uma reformulação da legislação ambiental para essas áreas.

Atualmente é comum ouvirmos a expressão “a questão ambiental” em referência principalmente aos danos causados pelo homem ao meio ambiente e conseqüentemente a ele mesmo; esse processo ficou mais evidente com o advento da globalização que torna os processos sociais mais dinâmicos e rápidos, devido a essa velocidade percebemos que os usos do território são mais intensos ou vorazes.

Em virtude disso, o modelo de desenvolvimento proposto pelo projeto do capitalismo globalizado é questionado e o debate é inserido no viés do desenvolvimento sustentável. É nesse cenário de pressão que as unidades de conservação são criadas para proteger da degradação parte dos recursos naturais e biodiversidade, assim, imprimindo novo significado a esse território.

Dentro do processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovida pelos governos militares, a partir da década de 1970 houve um crescimento extraordinário no estabelecimento de novas áreas protegidas – uma frente preservacionista –, que produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas. (LITTLE, 2002, p.16)

As UC fazem parte dos instrumentos da PNMA para proteção e conservação da biodiversidade do país e garante aos indivíduos o que versa o artigo 225 da Constituição Federal sobre o direito ao meio ambiente equilibrado. Esse direito foi regulamentado por meio da Lei 9985 (BRASIL, 2000) que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza (SNUC), a qual estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Entende-se por conservação da natureza:

conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000, art., 2º, inciso II).

Com base nessa concepção as UC são divididas em dois grupos e doze categorias, ver quadro 1:

Quadro 1: Classificação das unidades de conservação no SNUC.

Grupo	Categoria
Proteção integral	Estação ecológica
	Reserva Biológica
	Parque nacional
	Monumento natural
	Refúgio de vida silvestre
Uso sustentável	Área de proteção ambiental
	Área de relevante interesse ecológico
	Floresta nacional
	Reserva extrativista
	Reserva de fauna
	Reserva de desenvolvimento sustentável
	Reserva particular do patrimônio natural

Fonte: Elaboração da autora com base nas informações do SNUC, (2015).

Dentre as categorias apresentadas, o nosso foco é o Parque Nacional, definido como de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas (BRASIL, 2000).

O primeiro parque brasileiro criado foi o do Itatiaia em 1937. Situado na Serra da Mantiqueira, o Parque Nacional do Itatiaia abrange os municípios de Itatiaia e Resende, no estado do Rio de Janeiro, e Bocaina de Minas e Itamonte, em Minas Gerais, onde ficam aproximadamente 60% de seu território. A unidade está localizada entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, próximo à Rodovia Presidente Dutra, tendo como polo econômico mais

próximo a cidade de Resende. Já na Amazônia a primeira unidade criada foi a Floresta Nacional de Caxiuanã (PA), em 1961.

Ressaltamos que na Amazônia legal há um grande número de UC, além de outros territórios protegidos. Brito (2008) destaca que os planos desenvolvimentistas foram importantes na criação dessas áreas a partir da década de 1970. As UC, além de serem instrumentos de proteção do meio ambiente, caracterizam uma nova forma de ordenamento territorial. A seguir, veremos as configurações das UC no Amapá.

### 2.1.1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAPÁ

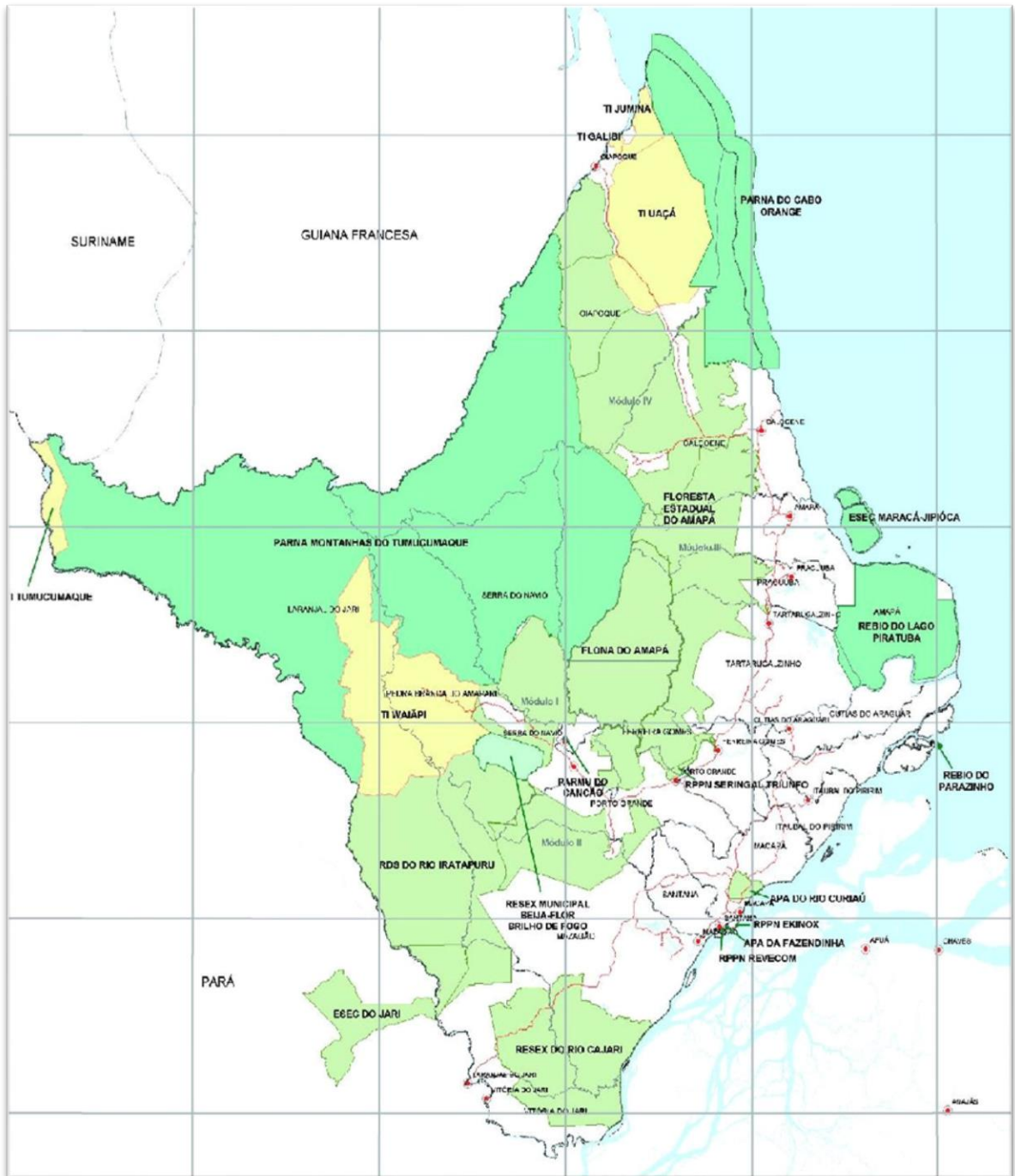
O Amapá tem papel de destaque na criação de áreas protegidas, entre UC, territórios indígenas e quilombolas; e usa como propaganda o discurso de unidade mais preservada da Federação. No que tange a criação de UC, Brito (2008) pondera que no Amapá esse processo ocorreu sem a participação das populações envolvidas com as áreas, o que significa conflitos iminentes. Ressalta que a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é uma exceção, pois, foi instituído após algumas audiências públicas, como exige o SNUC. A autora enfatiza que:

O acirramento das tensões ocorre quando esses espaços são criados, implantados, geridos e manejados sem a participação das populações que convivem na área, proporcionando um processo de gestão conflituoso, e o que poderia ser um benefício para a sustentabilidade dos recursos ambientais e sociais, tornar-se um problema grave para a manutenção dos recursos naturais e sustentabilidade social. Entretanto, se as populações forem envolvidas nas ações de gerenciamento destas áreas, os conflitos podem representar características positivas, contribuindo para o enriquecimento dos processos de negociações (BRITO, 2010, p. 21).

O estado tem grande parte do seu território demarcado por UC. No Atlas das Unidades de Conservação do Amapá (2008) temos que as UC somam 61,60% da área total do território do Estado. A figura 2 apresenta as 19 UC e as terras indígenas amapaenses.



Figura 2: Unidades de conservação e terras indígenas do Estado do Amapá.



Fonte: ICMBIO (2010)

Observando a figura anterior, nos questionamos quanto às influências da demarcação de UC no planejamento urbano e a promoção do desenvolvimento local, visto que no estado existem oito dos doze tipos de UC estabelecidos pelo SNUC, como destaca o quadro 2:

Quadro 2: Unidades de Conservação do Amapá.

Nº	NOME	JURISDIÇÃO	MUNICÍPIO ABRANGIDO	Área no Amapá (hectares)	% do território do Amapá
1	Parque Nacional do Cabo Orange	Federal	Calçoene, Oiapoque	399.773,70	2,80
2	Reserva Biológica do Lago Piratuba	Federal	Tartarugalzinho, Amapá	357.000,00	2,50
3	Estação Ecológica Maracá-Jipioca	Federal	Amapá	72.000,00	0,50
4	Estação Ecológica do Jari <sup>2</sup>	Federal	Laranjal do Jari, Almerim (PA)	67.675,72	0,47
5	Floresta Nacional do Amapá	Federal	Amapá, Ferreira Gomes, Pracuúba	412.000,00	2,88
6	Reserva Extrativista do Rio Cajari	Federal	Laranjal do Jari, Mazagão, Vitória do Jari	501.771,00	3,51
7	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Federal	Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Almerim (PA)	3.828.923,00	26,81
8	Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso	Federal	Macapá	46,75	< 0,01
9	Reserva Particular do Patrimônio Natural REVECOM	Federal	Santana	17,18	< 0,01
10	Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo	Federal	Ferreira Gomes	9.996,16	0,07
11	Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Boa Esperança	Federal	Porto Grande	43,01	< 0,01
12	Reserva Particular do Patrimônio Natural Ekinox	Federal	Macapá	10,87	< 0,01
13	Área de Preservação Ambiental da Fazendinha	Estadual	Macapá	136,59	< 0,01
14	Reserva Biológica do Parazinho	Estadual	Macapá	111,32	< 0,01
15	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Estadual	Laranjal do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari	806.184,00	5,64
16	Área de Preservação Ambiental do Rio Curiaú	Estadual	Macapá	21.676,00	0,15
17	Floresta Estadual do Amapá	Estadual	Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene, Oiapoque	2.320.304,75	16,25
18	Parque Natural Municipal do Cancão	Municipal	Serra do Navio	370,26	< 0,01
19	Reserva Extrativista Beija-flor Brilho de Fogo	Municipal	Pedra Branca do Amapari	68.524,20	0,48
	Total	-	-	8.798.040,31	61,60

Fonte: elaboração da autora, construído com base no Atlas de Unidades de Conservação do Estado do Amapá (2008).

Com base nas informações do Atlas (2008), verifica-se que 8.798.040,31 hectares são demarcados como UC, contudo, é importante enfatizar que a demarcação não significa que as terras sejam efetivamente protegidas, dada as dificuldades de gestão dessas unidades, como a falta de recursos materiais e humanos para fiscalização; e de outro lado, as extensas áreas apontam para as fragilidades de proteção efetivas dos bens a serem protegidos.

As UC têm papel significativo na configuração territorial do Amapá. Contudo, a criação de áreas protegidas não é garantia de conservação dos recursos naturais, muito menos de desenvolvimento regional. Mais de 50% do território amapaense é demarcado como área

<sup>2</sup> A Estação Ecológica do Jari possui uma área total de 227.126,00 há, sendo que 67.675,72 há (30% da UC) localiza-se no município de Laranjal do Jari (AP) e os outros 70 % restantes encontram-se no município de Almerim (PA) (ATLAS, 2008).

de preservação, contudo, há ressalvas quanto aos seus benefícios como expressa Tostes (2012, p. 59):

Os municípios do Amapá estão diante da encruzilhada: não há terras para investir e, tão pouco, há perspectivas de projetos de desenvolvimento aliado às concepções da sustentabilidade. Então, as medidas compensatórias não podem atender somente às demandas originadas pelos entraves das delimitações do território municipal, e sim pela ampla possibilidade de que estas possam agregar reais benefícios sociais e econômicos para os municípios.

Ao expor a fala anterior não temos a pretensão de ser oposição à criação de UC e colocar em dúvida a necessidade da proteção e uso racional dos recursos naturais, mas suscitar o debate quanto ao papel que as comunidades estão desempenhando na criação e gestão dessas áreas protegidas bem como as influências destas no desenvolvimento regional.

Há necessidade de garantir às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos (BRASIL, 2000). Após a leitura da afirmativa anterior é inevitável pensar quais são as estratégias desenvolvidas no sentido de garantir a subsistência e desenvolvimento dessas populações? A existência e eficiência de estratégias voltadas nesse sentido devem ser pensadas e avaliadas com muito cautela.

A primeira UC criada no Amapá foi o Parque Nacional do Cabo Orange, localizado no extremo norte do estado, sua área abrange parte dos municípios de Calçoene e Oiapoque. O contexto de criação dessa unidade é o regime militar e assim como em outras ações, foi feito por intervenção militar, sem consulta pública, o que já é prevista pelo SNUC.

### 2.1.2 O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

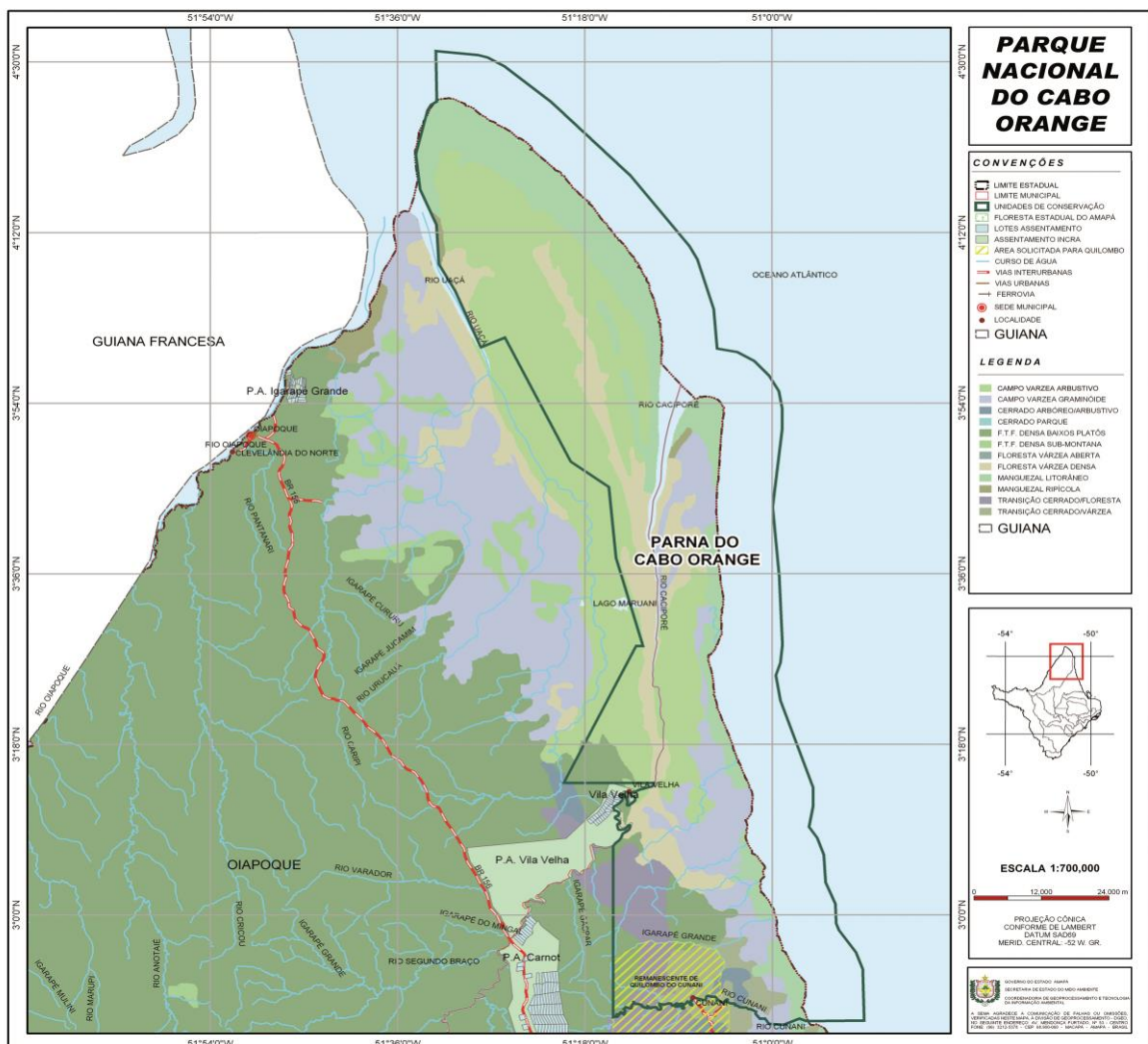
O Parque Nacional do Cabo Orange é uma unidade de proteção integral, portanto, seu objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. É válido ressaltar que ele foi criado na década de 1980, quando essas terras ainda eram território federal. Esse fato reforça que no período de sua criação, além da questão ambiental, também existia a preocupação do Brasil com a soberania nacional já que o PNCO está na região de fronteira e também tem cerca de 200 quilômetros de costa além da área

marinha, portanto, além de proteger a biodiversidade também resguardaríamos o território nacional.

Criado pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 84.913, de 15 de julho de 1980, o PNCO possui uma área de 619.000ha, um perímetro de 590 km; está localizado no extremo norte do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa e na foz do Rio Oiapoque. Abrange parte dos Municípios de Calçoene (14,7%) e Oiapoque (9,8%) e está enquadrado dentro das coordenadas geográficas 4o35' e 02o48' latitude norte e 51o50' e 51o35' longitude W Gr. Possui uma faixa de cerca de 200 quilômetros de extensão adentrando ao mar em 10 quilômetros (5,4 milhas náuticas), sendo que 100% do litoral do município de Oiapoque e 76% do litoral de Calçoene encontram-se no interior do PNCO (ICMBIO, 2010).

O território do PNCO pode ser visualizado na figura 3:

Figura 3: Território do PNCO.



Fonte: Atlas Unidades de Conservação do Estado do Amapá (2008).

O PNCO é uma unidade de grande destaque não só pela sua representatividade ambiental, mas também porque está situada em uma região de relevância histórica, política, social e econômica estratégica. Quanto à importância do PNCO para a preservação ambiental, o chefe do parque destaca:

Por estar localizado ao longo da costa e possuir grandes áreas de manguezal e alagados, o parque é estratégico para a atividade de pesca na região, por ser um berçário natural, que repõe os estoques pesqueiros, intensamente explorados no entorno desta Unidade de Conservação. Na área do Parque também encontramos o peixe boi, que se encontra em perigo de extinção. O seu litoral é utilizado por aves migratórias como área de alimentação. Há ocorrência de Flamingos e guarás, já de difícil observação, em outros locais do litoral brasileiro. O Parque é a única unidade de conservação do estado, a abrigar áreas de transição, indo do litoral até a floresta de terra firme (em sua parte Sul), passando por alagados e manchas de cerrados, o que indica ser uma área de grande Biodiversidade. (Ricardo Motta Pires, chefe do PNCO).

Conforme aponta o gestor do parque, este é importante por ser berçário de diversas espécies de peixes e aves, além de possuir variedade de ecossistemas. O símbolo do parque retrata essa leitura, conforme figura 4.

Figura 4: Símbolo do PNCO.



Fonte: ICMBIO<sup>3</sup> (2015).

<sup>3</sup> Figura coletada na rede social do PNCO, em 2015.

Dada a sua rica biodiversidade, em 2013, o PNCO foi eleito pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas como Sítio Ramsar (zona úmida<sup>4</sup> de grande importância para o planeta). A equipe do PNCO destaca que esse título internacional demonstra para a sociedade brasileira que o Parque Nacional do Cabo Orange não é uma UC delimitada aleatoriamente.

Vale ressaltar que o título de Sítio RAMSAR não garante mais recursos para a UC, contudo, sem dúvida pode colaborar para obter recursos uma vez que a introdução dessas zonas na lista internacional facilita a obtenção de apoio ao desenvolvimento de pesquisa, acesso a fundos internacionais para financiamento de projetos e criação de cenário favorável à cooperação internacional (ICMBIO, 2015).

O PNCO abrange parte de 02 (dois) municípios, com comunidades localizadas tanto no seu interior quanto em seu entorno. Segundo a equipe do PNCO, na área do parque existe a Vila de Cunani, com aproximadamente quinze casas, sendo algumas desocupadas, sendo utilizadas apenas em festas e na coleta do açaí; e a Vila de Taperebá, com quatro casas ocupadas esporadicamente.

Também há ocupações ao longo do rio Cassiporé de criadores de búfalo, todos inseridos no projeto de assentamento de Vila Velha do Cassiporé, do INCRA. E junto ao parque, mas fora de seus limites, está a comunidade de Vila Velha do Cassiporé. Quanto à terra indígena limítrofe ao Parque, a aldeia mais próxima é a Kumarumã. Indagamos sobre as relações do PNCO com as comunidades citadas anteriormente:

Com o pessoal de Taperebá a relação é boa, com todos os que ficam por lá esporadicamente. Com Cunani, a relação é boa com os poucos que estão rotineiramente presentes na comunidade e temos uma relação distante com os que se dizem quilombolas, mas residem na cidade de Calçoene e Macapá, possuindo uma vida praticamente urbana. A relação com as aldeias indígenas é boa. (Analistas ambientais do PNCO).

No que tange os recursos humanos, para o trabalho no PNCO existem 03 (três) analistas ambientais (servidores públicos), 14 (quatorze) vigilantes terceirizados (sendo seis de Oiapoque, quatro de Vila Velha e quatro de Cunani) e 03 (três) serventes (sendo uma de Oiapoque, uma de Vila Velha e uma de Cunani). Todos os anos são contratados 21 (vinte e um) brigadistas pelo período de 06 (seis) meses (sendo treze de Vila Velha, quatro de Kumarumã e quatro de Cunani). A equipe conta com o apoio de 04 (quatro) pilotos, e de 04 (quatro) mateiros (sendo dois por comunidade) que fazem a abertura de picadas para monitorar a biodiversidade em Cunani e Vila Velha.

---

<sup>4</sup> Zonas úmidas são áreas de pântano, charco, paul, sapal, turfa ou água, naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, que normalmente abrigam uma rica biodiversidade, tanto em termos de plantas como de animais aquáticos, ou os que se alimentam daqueles (ICMBio, 2015).



Quanto aos recursos materiais, o PNCO possui 04 (quatro) viaturas, 04 (quatro) voadeiras com motor de popa, 01 (uma) lancha de alumínio para abordagem (com motor 250 HP) e 01 (uma) embarcação regional de madeira (com 17m de comprimento). O PNCO possui 03 (três) bases, sendo 01 (uma) na cidade de Oiapoque, 01 (uma) na Vila Taperebá e 01 (uma) em Cunani (ver foto 01).

Foto 01: Posto de apoio do ICMBIO em Cunani.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Segundo nossos entrevistados, grande parte dos recursos materiais e a estrutura descritos anteriormente, foram financiados pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)<sup>5</sup>; ressaltam que existem muitas dificuldades para a gestão desse parque, entretanto, sem esse apoio as dificuldades aumentariam. Posteriormente, retomaremos a questão das dificuldades na gestão do PNCO.

Quando falamos de UC não podemos deixar de falar do Plano de Manejo (PM). De acordo com o Art 2º do SNUC, no seu inciso XVII:

<sup>5</sup> É um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente; foi lançado em 2002 com o objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas a curto / longo prazo e promover o desenvolvimento sustentável na região. O programa é dividido em três fases, atualmente, a fase II está em conclusão e a fase III já está em andamento, com previsão de duração de vinte e cinco anos.

plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

O SNUC estabelece que após a criação de uma UC, o plano de manejo deve ser elaborado num prazo máximo de 05 (cinco) anos, observando os objetivos gerais para os quais a unidade foi criada; nele são estabelecidas medidas para promover a integração da UC à vida econômica e social das comunidades vizinhas e determina as regras de visitação à área, o que deveria possibilitar a eficiência da unidade.

A criação do PNCO é anterior ao SNUC, que regulamenta o PM. O PM do PNCO foi concluído somente em 2010 com sua aprovação datada de 2011. Com isso, observa-se a dificuldade para executar algumas ações previstas no SNUC.

Por meio da Portaria nº 21 (BRASIL, 2006), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) criou o Conselho Consultivo do PNCO. No Art. 1º temos que “a finalidade do Conselho é de contribuir com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação da referida UC”.

O Art. 2º versa sobre a composição do Conselho, com representantes de órgãos, entidades e organizações não governamentais, totalizando 29 instituições. Com exceção do IBAMA, que tem apenas um representante, todas as instituições têm direito a duas vagas no conselho, uma titular e uma suplente. Uma vez criado o conselho, no prazo de até 90 dias o Regimento Interno deveria ser elaborado com a finalidade de definir as atribuições dos membros, bem como a organização e o funcionamento do mesmo.

O Conselho Consultivo do PNCO foi renovado pela última vez por meio da portaria nº 147, de 13 de fevereiro de 2013 (Anexo A). No “Art. 1º - Fica renovado o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação do plano de manejo da unidade”.

Ao analisar o Art. 2º que disserta sobre a composição do Conselho, podemos observar algumas mudanças; dentre essas estão: a inserção do ICMBIO (duas vagas), o IBAMA passou a ter duas vagas, inserção Superintendência do Patrimônio da União no Amapá - SPU/AP.

O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público. O conselho deveria ser renovado novamente em 2015, entretanto, o chefe do PNCO esclarece que “não precisa mais ser renovado, a não ser quando considerar que sua composição não reflete os setores



relacionados à UC. Os mandatos ainda estão em vigor, pois as posses dos conselheiros se deram após a data de 2013 e há grande rotatividade de conselheiros”.

O chefe do PNCO afirma que há baixa frequência nas reuniões do conselho, principalmente das entidades públicas. Durante a reunião, há uma boa participação dos conselheiros, no entanto, o conselho não tem uma grande atuação em outras atividades de gestão. O gestor ressalta ainda que para os conselheiros das comunidades o PNCO sempre oferece transporte, hospedagem e alimentação.

Os analistas ambientais da UC avaliam que o conselho é um espaço muito bom para a articulação entre as instituições, ele poderia ser um elo com a gestão do parque, contudo, não se sabe até que ponto os representantes são multiplicadores das informações e ecoam os debates acerca do parque, pois, alguns membros ainda não são muito ativos, sempre precisam ser instigados ou estimulados a participar; com isso, acreditam que há necessidade da presença mais constante de algumas instituições nas reuniões do conselho, as quais poderiam colaborar significativamente com o desenvolvimento da política idealizada para o PNCO.

Segundo especialistas a política ambiental nacional é uma das melhores do mundo, contudo, nos indagamos sobre a efetivação desta na prática; os instrumentos dessa política já estão definidos e implementados, contudo, há alguns entraves práticos na execução das estratégias idealizadas. A constituição de instrumentos é apenas um passo no percurso da política ambiental, são necessárias estratégias para concretizar os objetivos para os quais foram pensados.

Um dos principais entraves para o cumprimento de ações pensadas para o PNCO é o quantitativo reduzido de recursos humanos, é impossível que apenas três analistas ambientais consigam fazer a fiscalização de uma UC do tamanho do PNCO, e não somente nessa atividade, muitas dificuldades apresentadas na gestão são reflexos da falta de pessoal, pois como descrito anteriormente, a maioria dos prestadores de serviço tem contratos temporários.

Há necessidade de concurso público e de um plano de gestão que consiga fixar os profissionais no PNCO; um de nossos entrevistados ressaltou que o último concurso aconteceu em 2009 e, por vários fatores, hoje o quantitativo de pessoal é menor do que antes do concurso. Vale ressaltar que essa deficiência não é um caso isolado, é uma realidade nacional.

A falta de um setor administrativo que agilize a liberação dos analistas para as atividades de campo também é uma dificuldade enfrentada pela equipe da unidade; podemos listar ainda a limitação de recursos para viagens por mês, as dificuldades de deslocamento e comunicação dentro da área. A fiscalização é feita com apoio policial, nessa atividade os

analistas contam com a colaboração da Polícia Federal. Um dos maiores desafios enfrentados pela equipe, é impedir a pesca marítima praticada, sobretudo, por embarcações oriundas do Pará que adentram o PNCO.

Entre ações e projetos desenvolvidos pelo ICMBIO com a colaboração de parceiros, destacamos o projeto de experimentação de turismo de base comunitária desenvolvido em Cunani, na vila do Primeiro do Cassiporé e Vila Velha do Cassiporé, mas sua implementação não atendeu as expectativas. A continuidade desse projeto não foi possível pela falta de operadores de turismo, além de não possuir equipamentos básicos, como um barco para o transporte dos turistas. O que fora usado durante a experimentação era do ICMBio e destinava-se a outros fins.

A região tem grande potencial turístico, entretanto, não tem estrutura para desenvolvê-lo. O projeto proposto surgiu no intuito de ser o indutor do turismo na região. “O Estado acena com uma mudança de foco para o plano estadual de turismo, pois está chamando as Unidades de Conservação para participar das discussões sobre este plano” (Ricardo Motta, chefe do PNCO).

A equipe do PNCO desenvolve o Projeto de Manejo de Quilômetros há 07 (sete) anos na comunidade de Vila Velha e há 05 (cinco) anos na comunidade do Primeiro do Cassiporé; o projeto foi realizado durante 02 (dois) anos na comunidade de Cunani, mas, hoje está paralisado. O Projeto de Monitoramento da Biodiversidade está sendo implementado na região da comunidade de Cunani em parceria com moradores da vila, o qual será realizado também na comunidade de Vila Velha.

## 2.2 A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS E SEUS REMANESCENTES

A diáspora de africanos para o Brasil teve índices significantes, acredita-se que 40% (quarenta por cento) dos africanos arrancados de seu continente vieram para nosso país para serem escravizados. Segundo Albuquerque (2013, p.76) “vieram para o Brasil dois grandes grupos étnicos africanos: os bantos do sudoeste e sudestes da África – Congo, Angola e Moçambique, constituídos de povos angolas, bengalas e caçanjes; e os sudaneses, vindos do norte do continente – Guiné, Togo, Daomé e Nigéria, Formados por iorubas, nagôs, jejes e fant-achantis”.

De acordo com Salles (1971, p.18):

Os negros introduzidos pela primeira companhia do comércio, entre 1682- 84, ficaram em sua maior parte, no Maranhão, onde já havia uma lavoura capaz de absorver a mão-de-obra fricana. No Pará, a lavoura era ainda incipiente e os portugueses conseguiram afinal atrair o gentio e aliá-lo aos seus empreendimentos.

A mão de obra escrava de africanos foi introduzida em substituição à mão de obra indígena. Diante de uma realidade hostil, os negros não aceitaram o escravismo imposto sem resistência, dessa forma empreendiam fugas e também formam os quilombos.

Reis e Gomes (1996) dizem que onde houve escravidão houve resistência, e de vários tipos, enfatizando a fuga e formação de grupos de escravos fugidos como a mais típica; observam que no Brasil esses grupos eram chamados principalmente de quilombos ou mocambos, tendo seus membros reconhecidos como quilombolas, calhambolas ou mocambeiros.

Vemos surgir uma diversidade de conceitos, palavras e categorias ligadas, de um lado, ao conceito de quilombo, de outro, negando-o e solicitando uma nova construção; hoje, fala-se em quilombo, mocambo, quilombo contemporâneo, quilombo moderno, comunidade negra, comunidade rural negra, comunidade afro-descendente, terra de preto, terra de santo, bairro rural negro (ou 2 de negro), comunidade remanescente de quilombo, entre outros. Esses conceitos referem-se a interações sociais e culturais realizadas em determinados territórios por descendentes de africanos, marcados pela presença de suas identidades, com experiência e prática educativas próprias. Nesse sentido, o termo quilombo vem ganhando outros significados e mudando, de acordo com os avanços dos estudos etnográficos e das ações por parte do poder público (AMARAL, 2009, p.182).

Como podemos perceber na fala de Amaral (2009), existe uma grande variedade de conceitos para o que seja quilombo, contudo, em todos, mesmo naqueles que são relatados na visão do homem branco-colonizador, quilombo tem denotação de resistência. Acredita-se que alguns quilombos conseguiam agregar centenas de pessoas, alguns se assemelhavam a vilarejos, como é o caso do Quilombo dos Palmares, um dos mais expressivos.

Para fugir do sistema escravocrata, os africanos se embrenhavam nas matas desconhecidas, e elaboraram uma nova forma de organização social. É engano pensar que os quilombos viviam isolados. Eles mantinham relações constantes com as vilas e cidades, eles eram um ponto importante das cadeias produtivas e comerciais. A composição dos quilombos era bastante diversificada, agregava não somente africanos foragidos, como também escravos

de guerra, desertores, indígenas etc., todos se abrigavam no quilombo, e neste encontravam um lugar de proteção e resistência.

Esses quilombos não fazem parte apenas do passado escravista do país; essas formações passaram por transformações, o que é natural, mas em sua maioria resistiram e estão presentes na atualidade através de seus descendentes que se auto-reconhecem como remanescentes desses quilombos.

Hoje as comunidades remanescentes de quilombo têm se organizado politicamente para reivindicar seus direitos, como o direito à terra. Este é entendido para além de sua dimensão física, pois compreende o território construído, essencial à reprodução humana e socialização dos indivíduos que compartilham a mesma trajetória histórica.

No que diz respeito aos processos de reconhecimento, o governo brasileiro, por meio do Decreto nº 4.887 (BRASIL, 2003), regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, e define o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como organismo responsável por gerenciar esse procedimento.

O Decreto define quem são as comunidades remanescentes dos quilombos:

Art. 2. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da comunidade (BRASIL, 2003).

O primeiro passo no processo de titulação é a autodefinição da comunidade como remanescente, e solicitar a Certidão de Auto-Reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares.

### 2.2.1 A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NAS TERRAS DO CABO NORTE

A partir do final do século XVIII a Coroa Portuguesa, com as dificuldades enfrentadas no comércio com as Índias, volta sua atenção para as terras do Cabo Norte, também referenciadas por Gomes (1999) como Guiana Brasileira.

A ocupação dessa região foi bastante difícil, havia carência de mão de obra e de colonizadores dispostos a se aventurar para essas paragens, além é claro, da própria falta de interesse político da Coroa que priorizava os investimentos em lugares que garantia altos retornos financeiros, como as minas de ouro encontradas no sudeste do país.

O Cabo Norte fora cobiçado por diversas nações que ansiavam ampliar seus domínios de colonização, como a França e a Holanda; estas conflitavam com a Coroa Portuguesa, que pelos acordos internacionais, detinha o direito sobre as terras em questão. Estas nações foram responsáveis por diversos conflitos que se expressavam tanto por vias diplomáticas, quanto pelo uso da força bruta.

Neste cenário, a Coroa Portuguesa além de tratar de tratar com questões litigiosas entre nações, deveria também solucionar o problema das fugas de escravos que ocorriam na fronteira de duas nações; os foragidos seguiam de um domínio a outro, constantemente. Diante da constante ameaça de invasões estrangeiras e das pressões internas que ameaçavam a soberania da Coroa, os portugueses resolvem implanta seu projeto político e econômico de ocupação e proteção dessas terras coloniais.

Quanto às pressões internas, diversos quilombos se estabeleceram na região de fronteira nas terras do Cabo Norte, atual Estado do Amapá, que elaboraram uma nova organização social. Gomes (1999) retrata o lugar como um grande território negro, com a especificidade de que o Cabo Norte historicamente foi um lugar de fugas, e essas fugas aconteciam em relação direta na fronteira com a Guiana Francesa. A composição dos quilombos no Cabo Norte foi bastante diversificada.

Contavam com a ajuda de cativos das plantações, vendeiros, índios, vaqueiros, comerciantes, camponeses, soldados negros, entre outros. Em tal contexto, nessas fronteiras com as Guianas coloniais, negros, escravos fugidos, libertos ou livres, também indígenas e outros setores sociais, criaram, como veremos, um espaço para contatos e cooperação (ACEVEDO & GOMES, 2003, p. 72).

Embalados pelas ideias de independência do liberalismo francês, muitos homens seguiam em direção à fronteira em busca de liberdade. Salles (1971) elenca a região de Oiapoque e Calçoene (além de Mazagão) como um dos principais mocambos no Amapá.

O trânsito desses atores acontecia com fluidez na fronteira e era motivo de preocupação de ambos os governos, que organizavam expedições para capturarem os foragidos:

As fugas de escravos e o estabelecimento de mocambos eram, nesta época, considerados problemas crônicos. Grande parte dos cativos que fugiam nesta região trabalhava nas fortificações militares em Macapá. Em 1789, somente na vila de Macapá falava-se da existência de uma “população de 2.000 pessoas brancas, 700 escravos e um certo número de índios assalariados”. Houve ocasiões de fugas em massa. Algumas expedições reescravizadoras capturaram de uma só vez mais de 40 cativos. (GOMES, 1999, p. 244)

Esses quilombos não se limitaram apenas à fronteira, se espraiaram por todo o território do Grão-Pará.

Mocambos no Grão-Pará – especialmente aqueles em áreas de fronteiras – não apenas se espalhavam e cresciam, mas também aperfeiçoavam suas estratégias de defesa. Noticiava-se, em 1749, haver no rio Anauerapucu “importante mocambo, cujos negros se internaram para o norte quando descobertos pelas expedições de resgate de índios”. Em 1762, moradores de Araguari reclamavam que suas roças estavam sendo destruídas por escravos alojados em “grandes mocambos”. Na região do Amapá, em 1779, era enviada uma expedição contra dois mocambos, um no rio da Pedreira e outro no Araguari <sup>21</sup>. Dos vários mocambos que se constituíram nas regiões de fronteira com a Guiana Francesa, aqueles que se formaram na área do Araguari foram, sem dúvida, os mais populosos e estáveis. Esses mocambos eram bem antigos, pois em 1762 já se comentava haver ali uma “grande soma” de fugitivos, tanto das povoações circunvizinhas como de outras mais distantes, alertando-se ainda que andavam “bem fornecidos de armas” ( ACEVEDO & GOMES, 2013, p. 91).

Esse movimento foi tão intenso e complexo, que hoje, nos Estados do Amapá e Pará há um número expressivo de comunidades que se autodenominam remanescentes desses quilombos. No que tange ao Amapá, existem 33 (trinta e três) comunidades certificadas como Remanescentes de Quilombos pela Fundação Palmares. Vale ressaltar que há mais 04 (quatro) comunidades que solicitaram a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, estas aguardam visita técnica para expedição ou não do documento. No quadro 3 listamos as comunidades certificadas no Amapá.

Quadro 3: Comunidades remanescentes de quilombo certificadas pela Fundação Cultural Palmares até dezembro de 2013.

Nº	Município	Comunidade Remanescente de Quilombo	Data de pub. no D.O.U
1	Calçoene	Cunani	19/04/2005
2	Ferreira Gomes	Igarapé do Palha	04/11/2010
3	Itaubal do Píririm	São Miguel do Macacoari	27/12/2010
4	Laranjal do Jari	São José	24/05/2013
5	Macapá	Ambé	07/06/2006
6	Macapá	Campina Grande	19/09/2013
7	Macapá	Carmo do Maruanum	25/10/2013
8	Macapá	Conceição do Macacoari	09/11/2005
9	Macapá	Curiaú (Titulada)	13/03/2013
10	Macapá	Curralinho	24/03/2010
11	Macapá	Ilha Redonda	12/05/2006
12	Macapá	Lagoa dos Índios	19/08/2005
13	Macapá	Mel da Pedreira	09/11/2005
14	Macapá	Torrão do Matapi	28/07/2006
15	Macapá	Porto do Abacate	28/07/2006
16	Macapá	Rosa	12/05/2006
17	Macapá	Santa Lúzia do Maruanum I	04/10/2011
18	Macapá	Santo Antônio do Matapi	28/04/2010
19	Macapá	São João do Maruanum II	04/10/2011
20	Macapá	São João do Matapi	24/03/2010
21	Macapá	São José do Mata Fome	12/05/2006
22	Macapá	São José do Matapi do Porto do Céu	04/11/2010
23	Macapá	São Pedro dos Bois	12/05/2006
24	Mazagão	Lagoa do Maracá	24/05/2013
25	Oiapoque	Kulumbú do Patuazinho	19/11/2009
26	Santana	Alto Pirativa	28/04/2010
27	Santana	Cinco Chagas	28/04/2010
28	Santana	Engenho do Matapí	19/11/2009
29	Santana	Igarapé do Lago	17/06/2011
30	Santana	Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmão	24/03/2010
31	Santana	São Raimundo do Pirativa	13/12/2006
32	Tartarugalzinho	São Tomé do Aporema	28/04/2010
33	Vitória do Jari	Taperera	24/05/2013

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2013).

O Governo brasileiro, através de suas instituições competentes, age com morosidade na finalização dos processos de titulação das terras dos quilombos. Um exemplo disso é a situação observada no caso amapaense, onde verifica-se que existem 33 (trinta e três) comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, das quais somente 04 (quatro) tem suas terras tituladas, são elas: Conceição do Macacoari, Curiaú, Mel da Pedreira e São Raimundo do Pirativa (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2013). Dentre as comunidades que aguardam a conclusão do processo de titulação de seus territórios, destacamos o Cunani, cuja história coaduna com o processo histórico amapaense.

### 2.2.2 CUNANI: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO

Cunani possui um longo processo histórico, estudos arqueológicos aponta que os primeiros habitantes eram índios da fase Aristé<sup>6</sup>, estes se destacaram pela característica única de seus rituais funerários, cavavam os túmulos no formato de botas. Os materiais arqueológicos encontrados desta civilização fazem parte do acervo do Museu Emílio Goeldi, na cidade de Belém-PA (COULY et al, 2010).

Os índios da fase Aristé vivem no norte do Amapá, ocupando a porção territorial entre habitavam do rio Oiapoque até o rio Araguari. Estudos arqueológicos revelaram que os territórios da fase Aristé compreendiam também o sul do território da Guiana Francesa (ROSTAIN, 1994).

Com base nessa informação Cabral (2011) afirmar que a organização socioespacial de antigos povos utilizavam rotas para penetrar da foz do Amazonas para as Guianas, nas proximidades do litoral. De acordo com Meggers e Evans (1957) essas civilizações viveram até o século XV.

Em 1713, o Tratado de Utrech (1713) define o rio Oiapoque, conhecido como Vicente Pinzón, como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. Com o objetivo de distorcer o acordo firmado nesse tratado, a França passa a alegar que o rio Vicente Pinzón não seria o rio indicado (Oiapoque), mas sim o rio Araguari (mais ao sul). O não reconhecimento por

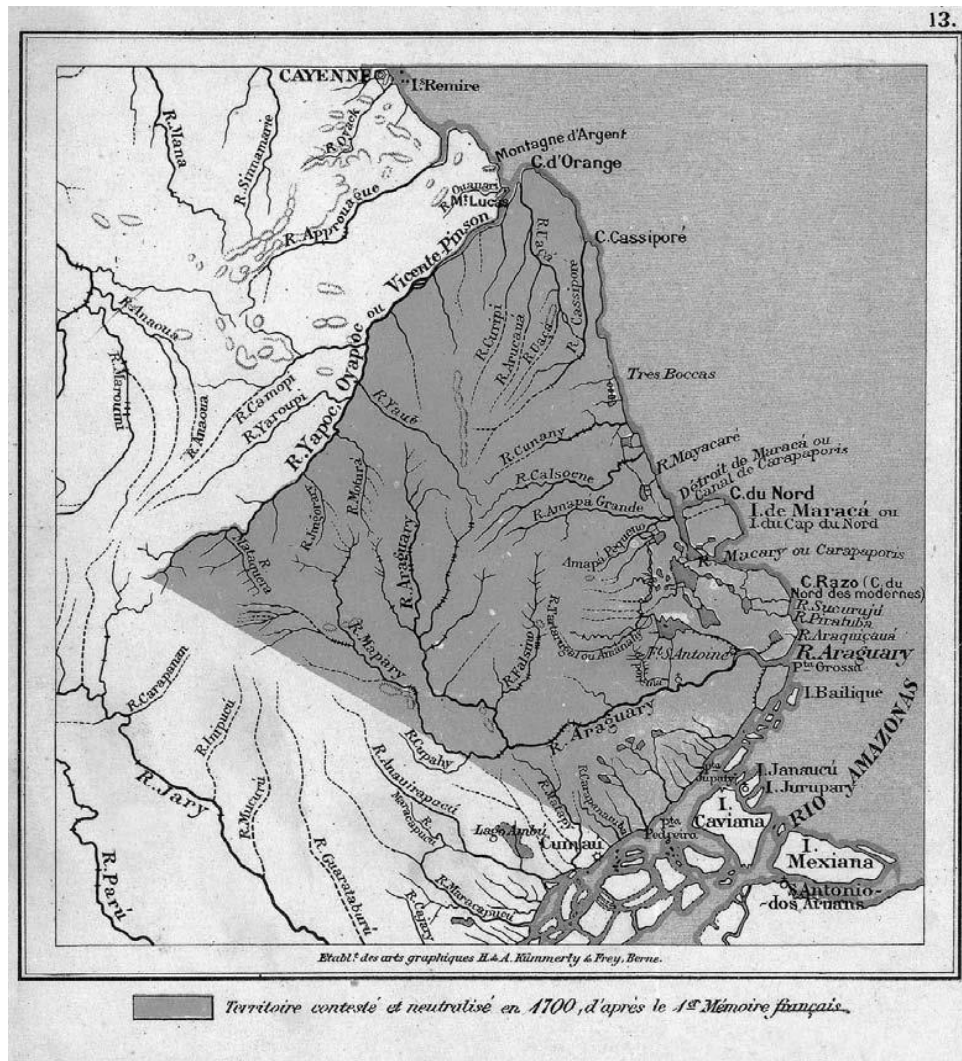
---

<sup>6</sup> Os estudos definem 04 (quatro) fases arqueológicas referentes ao estado do Amapá: Aruã, Aristé, Mazagão e Maracá. As cerâmicas encontradas em Cunani não dizem respeito a uma fase, mas inserem-se na fase Aristé. Estes grupos indígenas fixaram-se no extremo norte amapaense, no mesmo período que aborígenes da fase Mazagão se estabeleceram na porção sul do Amapá. Para mais informações consultar Nunes Filho (2005).



parte da França do que havia se estabelecido no Tratado, gerou tensões entre ambas, carecendo de diversos outros tratados que visavam estabilizar os conflitos - exemplo disso é o Tratado Provincial (1700)<sup>7</sup>. A figura 5 ilustra o território contestado pelas duas nações.

Figura 5: Território contestado.



Fonte: Sarney (2003).

É nesse contexto que nos séculos XVII e XVIII, populações indígenas foram empregadas nos projetos de colonização das duas nações. Os colonizadores de ambas as colônias tentavam conquistar os autóctones, para depois envolvê-los no conflito; aqueles que se submetiam à política de vassalagem eram considerados nações amigas, estes representavam

<sup>7</sup> Tratado Provisional – acordo internacional entre a França e Portugal que neutralizava o território disputado entre a ponta de Macapá e o Cabo Norte, em linhas gerais ambas as nações estavam impedidas de intervir na região litigiosa.

as muralhas dos sertões, um mecanismo de proteção das fronteiras, utilizado para inibir a presença de estrangeiros.

Por outro lado, os indígenas que não aceitavam a vassalagem eram classificados como nações inimigas e estas deveriam ser dizimadas. Destacam-se quatro grupos indígenas situados na fronteira, que de acordo com as relações, foram classificados amigos de franceses ou de portugueses, a saber: Galibis, Waimpins, Palicurs e Aroans (CARDOSO, 2008). Envolvidos no conflito, grupos indígenas amigos de portugueses, perseguiram nações amigas dos gauleses, como foi o caso dos Waimpins que perseguiram os Palicurs, os quais migraram continuamente da parte sul para a parte norte do Contestado (CARDOSO, 2008).

Essas perseguições perduraram por todo o século XVIII, forçando grupos indígenas a procurar outros lugares mais ao norte, próximo da fronteira com a Guiana Francesa e mais distante do centro administrativo colonial, Grão-Pará. A “aproximação entre indígenas e franceses permitiu a fundação de algumas missões que ganharam importância no Território Contestado” (CARDOSO 2008, p. 51).

Um exemplo dessa nova espacialização é Cunani, que se origina de uma missão jesuíta denominada de Goanani, sua composição étnica era de indígenas que fugiam das perseguições portuguesas. Durante os séculos XVII a XIX, a vila recebeu forte influência da Guiana Francesa. “Esta influência se traduziu, principalmente, por relações comerciais ligando duas regiões de mais fácil acesso, se comparadas a outras regiões do próprio Contestado” (CARDOSO 2008, p. 54).

De acordo com Cardoso (2008) os suprimentos alimentares da Guiana Francesa eram fornecidos pela região que compreendia o Cunani e o Araguari, ela relata que em muitos documentos da época há registros de despacho de gado, farinha e outros gêneros alimentícios deste local para a Guiana Francesa.

É possível que os percursos dessas trocas comerciais sejam os mesmo utilizados pelos índios da fase Aristé. Gomes (1999) enfatiza que a comercialização clandestina de escravos fazia uso dessas mesmas rotas, o que ocupava a centralidade das preocupações do governo do Grão-Pará. Vale ressaltar que:

Desde 1841, um acordo firmado entre o Brasil e a França permitia a instalação dessas pessoas na área, uma vez que a considerava um território neutro, não estando, portanto, sujeito à jurisdição de nenhum dos dois países. Como o acordo regulava a ação da justiça das duas nações sobre os que cometessem atos passíveis de punição, qualquer intervenção da justiça brasileira ou francesa só muito dificilmente poderia efetuar-se (QUEIROZ, 1999, p. 319).

Esse acordo fez com que os povoados tivessem autonomia para deliberarem sobre as legislações e a administração do lugar, portanto, tinham autonomia por estarem em um território neutro. O fluxo de indivíduos na fronteira aumentou consideravelmente quando, em 1983, mineradores descobrem ouro nessa região. Após a descoberta de ouro por um brasileiro chamado Firmino, a região recebe um número elevado de migrações de garimpeiros “ingleses” (negros do Suriname e da Guiana) além de crioulos guianeses e antilhanos que chegaram a Calçoene (COULY et al, 2010, p. 5).

Diversos atores que estavam alheios do processo de organização das colônias viram no Território Contestado um lugar de liberdade. Segundo Cardoso (2008), nesse período a vila de Cunani sofre alterações composição étnica quando passa a agregar outros grupos étnicos, dentre eles, um grande número de negros.

“As fugas para a Guiana Francesa e dos escravos desta para o Grão-Pará eram tão constantes naquele período que as autoridades de ambos os lados frequentemente negociavam a troca de fugidos (Queiroz 1999, p. 321)”. Esse movimento acontecia em ambos os sentidos até 1848 quando o governo francês aboliu o regime escravista em suas colônias, fazendo com que o Território Contestado fosse ainda mais atraente, assim, as fugas ocorreram intensamente nesse sentido.

Salles (1971) defende que ao contrário do que acontecia em outros mocambos da província, os que se localizavam no Amapá não sofreram um combate sistemático; acredita que isso se deu pelo receio por parte dos governos em causar problemas diplomáticos.

Em 1777, foi fundada no Território Contestado a missão jesuíta chamada de Goanani, a qual foi extinta em 1791, após a Revolução Francesa. O fim da missão não extinguiu a população que formava aquela vila e continuou atraindo aqueles que buscavam liberdade. “Entretanto, a Vila de Cunani só adquire existência legal a partir 1858, quando o vice-consul da França em Belém, Prosper Chaton, funda um município sobre as ruínas da missão jesuítica, desejando fincar um ponto de apoio para o garimpo” (COULY et al, 2010 p. 3). Couly et al (2010) fala sobre a próspera Vila de Cunani:

Ainda segundo Coudreau (referência sujeita a cautela, pois o autor se entrega à propaganda a favor da colonização), a vila em 1883 é uma cidade próspera, com vários comércios, os principais detidos por Demas, Vasconcellos e Trajano, e onde se pode encontrar vinho francês e outros produtos importados. Não obstante, as casas são de madeira ou de pau-a-pique e cobertas de folhas de palmeira, exceto a igreja, que é de tijolos. Ele estima a população em 300 habitantes (600 para a região) e observa que *muitos habitantes possuem, além de uma casa na vila, um « retiro » a beira do rio, que é sua habitação principal*. Ele observa também que a população é composta por antigos escravos brasileiros, mestiços, comerciantes brasileiros e franceses. Coudreau também menciona o personagem Guignes, supostamente

enviado por Jules Gros para preparar o terreno à futura Republica (COULY et al, 2010, p. 4).

Aconteceu em Cunani um fato de importância singular para a história local. Em 1885 o novelista Jules Gros e o cientista Henri Coudreau (ambos franceses) fundaram ali a República de Cunani. Jules Gros presidiu a República e ao instalar o governo, criou a ordem Cavalaria Estrela de Cunani, elaborou leis, emitiu moedas e instituiu condecorações. A República teve seu território delimitado na área entre o rio Oiapoque e o rio Araguari (o Território Contestado) com capital sediada na Vila de Cunani, com cerca de seiscentos habitantes, em sua maioria escravos fugidos, desertores e criminosos (GOMES, 1999); (COSTA & SARNEY, 1999); (PICANÇO, 1981).

Os negros envolvidos nesse episódio tinham certamente um sonho a realizar bem mais elevado do que aquele que foi pintado pelo caricaturista da *A Vida Paraense*,<sup>373</sup> Sabiam que do outro lado da fronteira havia igualdade civil entre brancos e pretos e que, do nosso lado, ainda em 1870, por força da Lei n.º 653, de 31 de outubro, assinada pelo presidente interino cônego Manoel José de Siqueira Mendes, expedições eram enviadas para dismantelar os seus (SALLES, 1971, p.225).

De acordo com Queiroz (1999), a fundação da República de Cunani foi satirizada pelo jornal *A Vida Paraense* (Belém) que em sua edição do dia 20 de janeiro de 1884 publicou uma ilustração feita por João Affonso do Nascimento sob o título de “República do Amapá – Capital Coanany” adjetivando-a negativamente como “república de opereta”.

Com a fundação da República de Cunani, a região ganhou visibilidade. Na fala de Queiroz (1999) podemos verificar que os acontecimentos da República de Cunani não eram do conhecimento do governo lusitano:

Ainda assim, as autoridades brasileiras trocavam várias correspondências entre si, com o intuito de averiguar a veracidade dos boatos acerca da instalação da República de Cunani e de outros incidentes envolvendo brasileiros e franceses na contestada. Esses documentos revelam, além de vários aspectos da vida cotidiana da população que habitava o território, a extrema ignorância das autoridades acerca do que ocorria no Amapá (QUEIROZ, 1999, p. 324).

Na história da República de Cunani o negro Trajano Benitez, oriundo de Cametá, no município do Pará. Por ter se mostrado uma pessoa participativa nos aspectos sociais e políticos da vila, e por manter relações comerciais e políticas com o governo de Caiena, foi concedido a ele o governo do Amapá (RODRIGUES) (QUEIROZ, 1999). O Governo brasileiro ordena a prisão de Trajano, que foi conduzido à vila de Macapá.

Trajano era considerado o representante legal do governo francês em Cunani, por isso recebia o título de capitão. Identificamos a presença de Trajano no Cunani, desde os anos 70 do século XIX (provavelmente sua chegada no Contestado foi anterior a esse período), através de correspondências com o governo da Guiana Francesa (CARDOSO, 2008, p. 70).

A República de Cunani não teve vida longa e chega ao fim em 02 de setembro de 1887. De acordo com Queiroz (1999) a República sofreu fortes retaliações do governo francês; há relatos de que a coroa francesa pagou bons proventos financeiros ao presidente e aos aventureiros da República de Cunani.

Após o fim da República, Cunani volta à normalidade, situação que logo mudaria. Com a descoberta de jazidas de ouro no Lourenço a população de Cunani cresceu rapidamente, passando de 600 para 5.000 habitantes em poucos meses.

Antigos garimpeiros do território do Inini, Guiana Francesa, poderiam ter se deslocado para os garimpos do Contestado, haja vista a rápida divulgação da descoberta de novos veios auríferos e o fato de que a atividade da garimpagem não obedece aos limites territoriais legalmente impostas. Assim como brasileiros e ingleses do Suriname chegaram nos territórios auríferos da Guiana Francesa, essas e outras nacionalidades também chegaram ao Contestado. Este foi o fator principal que levou ao contato entre novos e antigos sujeitos históricos do Contestado; estes configuravam outras formas de representação deste Território que, até 1895, ainda não tinham sido palco de grandes conflitos (CARDOSO, 2008, p. 62).

A descoberta das jazidas de ouro acirrou ainda mais as disputas pelo domínio do Território Contestado, assim, as terras do Cabo Norte tornam-se palco de conflitos armados. Dentre esses destacamos o confronto de maio de 1895. Com o objetivo de resgatar o negro Trajano que havia sido preso pelo Triunvirato, os franceses organizaram uma expedição e invadiram a vila do Amapá, justificando que sua ação teria pretendia libertar franceses que teriam sido presos ilegalmente. Contudo, os franceses foram recepcionados a tiros pelos brasileiros (QUEIROZ, 1999).

Esse fato repercutiu internacionalmente e fez com que fosse cobrado do governo brasileiro, medidas urgentes quanto aos conflitos e resolução definitiva do território em litígio.

Os incidentes de maio de 1895 provocaram uma avalanche de artigos na imprensa paraense, manifestações de deputados estaduais e federais sobre a questão de limites. Tanto os artigos como os discursos dos políticos revolviam questões seculares acerca da disputa territorial e exigiam do governo informações precisas sobre os acontecimentos e uma resposta ao que consideravam uma agressão injustificável dos franceses. Na maioria desses pronunciamentos, os paraenses demonstravam convicção de que o território em litígio pertencia ao Brasil e que o governo federal deveria tomar posições mais resolutas no sentido de salvaguardar a vida e os direitos dos brasileiros que residiam no Amapá (QUEIROZ, 1999, p. 332).

Após o conflito citado (além de vários outros relatos de conflitos) e com a pressão para resolução dos problemas, o governo do Brasil volta-se para as terras do Cabo Norte com o objetivo de resolver o impasse do domínio brasileiro sobre o Contestado. A disputa entre Brasil e França pelo Território Contestado perdurou por séculos, chegando ao fim somente em 1º de dezembro de 1900, quando através do Laudo Suíço, foi concedido ao Brasil o direito sobre as terras contestadas ao definir o rio Oiapoque como o limite entre o Brasil e a França.

Uma vez solucionado esse conflito, as terras do Cabo Norte são redimensionadas administrativamente. Em 1901 foram anexadas ao Estado do Pará, passando a chamar-se Aricari. No mês de maio do mesmo ano é publicado o Decreto 798/1901, através do qual o Aricari foi dividido nas regiões de Amapá e Calçoene.

Em 1903 acontece nova divisão político-administrativa, nesse momento é criado o Distrito de Calçoene ligado ao município de Montenegro. Em 1945 Calçoene é torna-se vila e somente em 22 de dezembro de 1956, através da Lei 3.055 (BRASIL, 1956), é transformado em município amapaense, e dividido em 03 (três) distritos, sendo eles Calçoene, Lourenço e Cunani.

Com o passar dos anos Cunani perde o status que obteve no cenário do cenário local. Fatos como a instituição da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Silvestre Ameaçada de Extinção no Brasil (1973) a qual impactou diretamente as relações comerciais da região, com isso, Cunani perde o espaço que tinha nas rotas comerciais. “A situação evolui dramaticamente nos anos 1970 com a construção da BR156. Cunani, como Vila Velha, é deixada de lado, sendo Calçoene que se beneficiará do desenvolvimento econômico trazido pela estrada” (COULY et al, 2010, p.6).

No ano de 1980 é criado o Parque Nacional do Cabo Orange, esse fato colocou novamente Cunani no centro de debates. Como já citado, com a criação do PNCO, a vila de Cunani ficou dentro dos limites da UC, o que tem gerado conflitos. Por muitos anos Cunani ficou no esquecimento, principalmente por parte do poder público, poucos registros fazem referência aos acontecimentos daquele lugar. A seguir veremos as configurações atuais de Cunani.

### 2.2.3 COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE CUNANI: CONTEXTO ATUAL

A Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani localiza-se no município de Calçoene. Para entender melhor o cenário atual em que esta comunidade se encontra precisamos apontar alguns dados importantes em relação ao município ao qual pertence.

O município de Calçoene localiza-se na mesorregião norte do Estado do Amapá, faz limite com os municípios de Serra do Navio, Pracuúba, Oiapoque e Amapá (as terras de Calçoene já pertenceram a esse último). O município está distante 374 km da capital Macapá, o acesso acontece pela rodovia BR 156, ou por via fluvial pelos rios.

Calçoene possui uma área de 14.269,3 Km<sup>2</sup> com uma população de 9.000 habitantes. Sendo que 81,19% da população concentra-se na área urbana do município, e 18,81% na área rural. A densidade demográfica apresentada em Calçoene é de 0,63 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). O município está dividido da seguinte forma: a sede municipal e dois distritos que são Cunani e Lourenço. No Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), em um universo de 5565 municípios, Calçoene encontra-se na 3.234<sup>o</sup> posição. Seu IDH é de 0,643, classificado como desenvolvimento médio (IBGE, 2013).

Uma parte considerável do município hoje está demarcada como UC, nele estão: o Parque Nacional do Cabo Orange, a Floresta Estadual do Amapá, e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Segundo o Plano de Manejo do PNCO, a economia do município está baseada na cultura da mandioca, criação de gado bovino, bubalino e suíno, na pesca, no artesanato e na garimpagem.

Na região leste de Calçoene está localizado o Cunani. De acordo com o último Censo (IBGE, 2010), o Distrito de Cunani tem 940 habitantes, sendo 516 homens e 424 mulheres, destes, 44 residem na área urbana e 896 na área rural.

O deslocamento da capital Macapá até a Comunidade de Cunani é bastante cansativo. Nossas idas à comunidade partiram de Macapá, percorrendo 374 quilômetros da BR 156 até a sede de Calçoene, percurso feito entre quatro e seis horas. Da sede do município até a comunidade quilombola são mais 52 quilômetros percorridos em um ramal<sup>8</sup> que estava em péssimas condições de trafegabilidade durante nossas visitas.

Na foto 2 podemos ter uma noção do quanto é difícil trafegar pelo ramal do Cunani.

---

<sup>8</sup> Ramal – termo regional para designar estrada rural ou estrada de barro.

Foto 2: Ramal de Cunani durante o verão



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Segundo os moradores, nas condições mostradas acima, o ramal estava muito bom porque apenas em alguns trechos ele estava com atoleiro. No período chuvoso a situação piora; torna-se praticamente impossível trafegar em carros de passeio, que correm o risco de retornar danificados ou mesmo ficar atolados no caminho.

E nós já passamos muitas dificuldades, assim através do transporte, que a gente não tinha o transporte, quando descia uma pessoa era uma dificuldade, de tinha dia de ir alguém, é, em Calçoene alugar um carro, nera baratinho não, tinha tempo que era 400 reais pra o frete (Edna Cavalcante, 57 anos, enfermeira).

Compartilhamos dessa dificuldade dos moradores, as difíceis condições do ramal e, conseqüentemente, o alto custo do transporte para o local. Por várias vezes adiamos nossa pesquisa de campo em decorrência desses dois fatores, e mesmo com condições favoráveis, o valor do transporte de quatrocentos reais (pagos em uma única viagem) não é muito acessível.

Os moradores relatam que os valores são muito altos para a realidade econômica deles. Por motivo de precaução, alguns idosos chegam a passar todo o período chuvoso na sede do município, pois, do contrário, se vierem a necessitar de algum atendimento de emergência, este dificilmente seria realizado satisfatoriamente, em virtude das condições do ramal ou pelo alto valor do transporte.



Na imagem seguinte temos a dimensão do quão pode ser difícil o trajeto até a comunidade durante o período mais chuvoso do ano. Ressaltamos que o ramal não passa por nenhum tipo de manutenção há anos.

Foto 3: Trecho do ramal que foi alagado durante o período chuvoso.



Fonte: Renê Lopes (2012)<sup>9</sup>.

Outra via de acesso até a comunidade de Cunani é através dos rios. Partindo da sede do município de Calçoene seguindo pelo rio Calçoene até o Oceano Atlântico, margeando o continente até alcançar-se a foz do rio Cunani. “Cunani, assim como outros lugarejos na Amazônia, situa-se a margem do rio e compunha uma rota marítima comercial. O rio era o principal meio de transporte e onde também se movia uma economia” (FUNDAÇÃO MARCO ZERO, 2012, p. 3). Com a abertura de estradas, o transporte feito pelos rios perdeu espaço para o transporte terrestre.

Os veículos não adentram a vila, eles são deixados na margem direita do rio, e as pessoas acessam a comunidade por uma ponte suspensa, construída em madeira e cabos de aço, que atravessa o rio Cunani. A comunidade está localizada em uma parte mais elevada do território, o que os protege de enchentes quando o nível do rio está alto.

---

<sup>9</sup> Acervo particular de Renê Lopes.

Foto 4: Ponte de acesso à comunidade de Cunani.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Segundo Cardoso (2008), a Vila de Cunani inicialmente foi habitada por indígenas fugidos, contudo, foi um local de diversos atores sociais. De acordo com o Plano de manejo do PNCO, em 2006, na vila de Cunani residiam cerca de 65 (sessenta e cinco) pessoas distribuídas em 22 (vinte e duas) famílias, contudo, segundo documentos do Ministério Público Federal, hoje residem na comunidade cerca de 120 (cento e vinte) pessoas. Os dados quanto à quantidade de moradores e de residências na vila variam dependendo da fonte consultada. No Estudo Fundiário realizado pelo INCRA (2013) foram identificadas e cadastradas 38 famílias residentes na Vila de Cunani e no seu entorno.

Alguns moradores recordam, seja por terem vivido ou por ter ouvido falar, o tempo em que na vila residiam centenas de pessoas, quando existiam duas ruas, uma próxima ao rio (que hoje já não existe mais) e outra no ponto mais elevado do território. Os mais idosos relembram esse período em que muitas pessoas residiam ali e a vila era bem maior do que podemos ver atualmente. A infraestrutura da vila está concentrada basicamente em uma única rua, como ilustra a figura 6.



Figura 6: Visão aérea do quilombo de Cunani.



Fonte: ICMBIO (2010).

Na comunidade de Cunani tem um pequeno posto de saúde construído em alvenaria, o qual está em péssimas condições e nunca passou por uma reforma. Ele funciona diariamente, pois, a enfermeira responsável pelos atendimentos reside na vila. Segundo membros da associação de moradores, existia a possibilidade de ser feita uma reforma no prédio, porém, a empresa que faria a construção desistiu da obra em virtude das péssimas condições do ramal e da ponte de travessia que dificultaria o transporte de material para o local e tornaria a obra muito cara.

A enfermeira, que trabalha no posto há mais de trinta anos, fala das condições do prédio:

Então o nosso Posto tá nessa situação aqui, em péssima condições né? Chove demais, né? A situação é essa. Às vezes a gente tá em falta de um medicamento como a gente tá aqui, né? Porque lá dentro do município também tá em falta, né? Na Unidade Mista, no Posto, na Unidade Básica, né? Mas o que a gente tem aqui é o essencial, né? (Edna Cavalcante, 57 anos, enfermeira).

Foto 5: Posto de saúde.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A capela de Santa Maria é o local das celebrações religiosas, o prédio está em condições razoáveis, pois se trata de uma nova edificação; a antiga capela ficava ao lado e foi demolida.

Foto 6: Capela de Santa Maria.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).



Quanto a essa construção uma de nossas colaboradoras relata que a nova capela “pegou um pedaço em cima da antiga, né? Porque a antiga capela ela era a capela e pra trás a sacristia, quer dizer ela era bem maior do que aquela que tá lá, muito. A nossa igreja lá, era igual à igreja do Mazagão” (Osvaldina Macedo, 62 anos).

Ela relata ainda que existe uma lenda em relação a antiga capela:

Minha filha o negócio é o seguinte, é que a lenda lá falava que em baixo da igreja tinha um túnel, tinha um túnel lá que falavam que lá era escondido todo o ouro dos crioulos, né? E aquela curiosidade eu acho que bateu num certo prefeito, foi que demoliu, o cara era o prefeito do município. O povo muito na época, nós não tínhamos o conhecimento que se tem hoje, né? E infelizmente foi derrubado, é um patrimônio que hoje era pra está tombado como patrimônio, né? Tinha azulejo português, os castiçais, muito, muita coisa linda, muito material de prata, muito material de ouro que foi tudo deteriorado. Hoje nós temos poucas peças, temos o Divino Espírito Santo, temos prata, nós temos a Trindade, nós temos ainda os castiçais em bronze, mas as peças de ouro não têm mais nada.

De acordo com a fala de alguns moradores, para que fosse feita a reforma, os objetos foram retirados da capela e, após a conclusão da obra, alguns não retornaram mais para a comunidade. Na capela ainda existem alguns objetos antigos que remontam ao período da República de Cunani.

Foto 7: artigos do período da República de Cunani.



Fonte: René Lopes (2012).



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Na comunidade existe uma escola de ensino fundamental que atende até a 4ª série; a escola funcionou até o ano de 2014, pois, em 2015 devido à falta de professor, a escola está inativa, com isso as crianças da vila tem que se deslocar para estudar em Calçoene, o que se torna um grande sacrifício para os moradores que deixam seus filhos com parentes na sede do município; há casos em que as crianças ficam com os estudos em atraso.

Foto 8: Escola Estadual Vila de Cunani.



Fonte: Renê Lopes (2012).

Alguns moradores recordam-se de que “na região existiu um Internato São Joaquim, construído no período em que Janary Gentil Nunes governou o Amapá (1944-1955)” (FUNDAÇÃO MARCO ZERO, 2012, pg 30).

No lugar tem um centro comunitário construído em madeira; ele serve para as reuniões da associação de moradores, festividades em honra aos santos e vários outros eventos que acontecem na comunidade. Ao lado também existe um pequeno prédio em madeira que serve de restaurante quando são realizadas programações importantes na vila, exemplo, festa em honra a São Benedito, santo padroeiro da comunidade (falaremos dessa festividade adiante).

A vila não dispõe de energia durante 24 horas. A energia é fornecida por meio de um motor gerador que funciona das 18:30 as 22:00 horas. O combustível é fornecido pelo

Governo do Estado, entretanto, não é incomum ficarem sem energia, quando isso acontece os próprios moradores compram.

Foto 9: Motor gerador de energia da vila.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A economia e produção da comunidade são de subsistência. Os moradores do Cunani vivem da pesca, da caça, da pecuária, da criação de animais de pequeno porte (galinhas, patos), da agricultura. A principal cultura praticada na comunidade é da mandioca, da qual extraem vários produtos sendo o principal a farinha.

Cada família tem a sua roça de mandioca, e a produção é feita de maneira familiar ou em mutirões. A produção é somente para o consumo porque a comercialização não traria lucro relevante para os produtores. Uma de nossas colaboradoras exemplifica essa situação:

A gente já não faz farinha assim quase pra vender, é muito difícil já. Hoje em dia é porque tu já tem esse caminhão, né? Mas aí não tinha como a gente levar pra vender uma saca de farinha aí pagar um frete de 300, 400 reais não tinha condições. Olha, pagar pra ir e pagar pra voltar, pagava 300 pra ir, 300 pra voltar, aí vende uma saca de farinha a 150, como? Não tem condições não. Aí a gente parou de fazer já. O pessoal aqui é muito difícil vender a saca, mas pra comer (F1).



Foto 10: Produção de farinha de mandioca.



Fonte: Renê Lopes (2012).

Grande parte da renda dos moradores é gerada com a coleta do açaí. A área tem grandes açaizais nativos nos quais os moradores fazem a coleta e o manejo retirando várias toneladas do produto in natura. Esse produto é consumido pelas famílias e também é comercializado para outros lugares. Os moradores falam com orgulho que têm o melhor açaí da região.

Alguns moradores, por não terem condições de fazer o extrativismo e custear toda a despesa de transporte e comercialização, arrendam a safra de seus açaizais. Ao mesmo tempo em que fazem esse arrendamento por necessidade, os moradores também se preocupam com os problemas que podem ocorrer na sua área, pois, muitos “estranhos” circulam pelo território sem que eles tenham o controle.

O dinheiro obtido na safra do açaí mantém (financeiramente) os moradores durante grande parte do ano, como expressa F2: “Aí quando chega a época do açaí não tem ninguém pobre aqui e nem liso [risos]”. São unânimes em afirmar que no período da safra do açaí “o dinheiro na vila”.



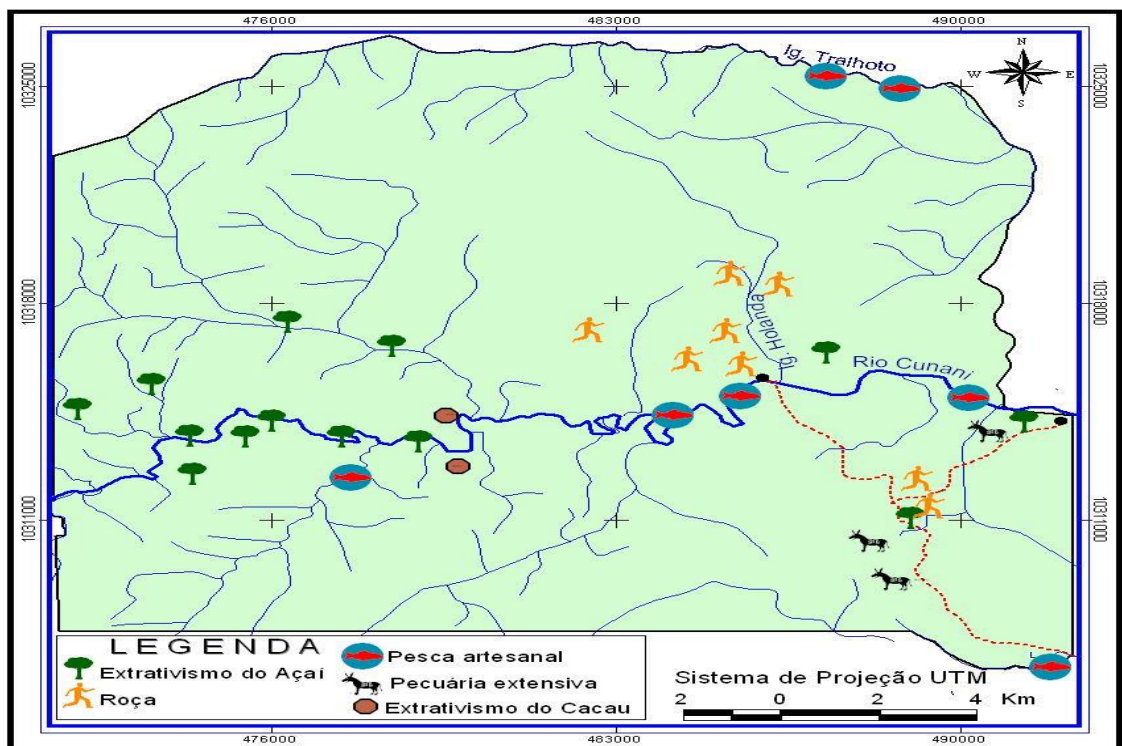
Foto 11: Extrativismo do açaí.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A figura 7 mostra as atividades desenvolvidas pela comunidade no seu território.

Figura 7: Mapa demonstrativo da distribuição espacial do uso do solo.



Fonte: INCRA (2013).

A alimentação dos moradores é bastante variada e natural, baseada principalmente no consumo de peixes visto que a região é abundante desse tipo de alimento e a variedade de espécies também é grande. A pesca realizada pelos moradores é artesanal.

Pescam utilizando redes, vara de pesca e linha de mão no Rio Cunani e nos igarapés do Holanda, Timbozal, Tucumanzinho, Tucumã Grande, Do Meio, Itaupal, Ronca, Ronquinha, Cemitério, Campeão, Nanam, Ponta Fina, esses três últimos igarapés são centrais (muito longos) e também caçam neles, capturam peixes como aracú, pescada branca, peramutabas, mandi, bagre, dourada, tambaqui, e o peixe que têm em maior abundância o trairão. Também fazem tapagem de alguns igarapés com redes (FUNDAÇÃO MARCO ZERO, 2012, p. 45).

Quanto às reminiscências históricas, na vila podem ser encontrados 02 (dois) cemitérios, 01 (um) que seria dos primeiros europeus que habitaram o lugar; o outro que é utilizado ainda hoje para sepultar os “filhos de Cunani”. Eles relatam ainda a existência de outro cemitério, ao qual não tivemos acesso:

Um terceiro sítio de reminiscência, de desconhecida localização, está presente na memória do grupo. Os mais antigos contam que existia um cemitério denominado de Senegalo onde as pessoas falecidas eram enterradas e com elas podiam ser encontrado artefatos, como baú onde se depositava suas riquezas. (FUNDAÇÃO MARCO ZERO, 2012, p. 30)

No que tange as manifestações culturais e religiosas, destacamos a dança Zimba. Os “filhos de Cunani” muito se orgulham desta dança que se assemelha ao carimbó do Estado do Pará, mas que acontece com exclusividade nessa comunidade quilombola. O Zimba é dançado por homens e mulheres (de qualquer idade) organizados em pares que formam uma grande roda e saem um na frente do outro; posteriormente, a roda se desfaz e os pares ocupam todo o espaço. Temos que a origem do Zimba:

É do carimbó aqui do Pará né!? Porque meu avô chegou com quatorze anos, senhor Benedito Macedo, João Capestana e a senhora Oradia, chegaram do Pará muito jovem e aí trouxeram o carimbó, aí eles ficaram com o carimbó de zimbra, o carimbó de zimbra! e aí ela misturou com aquele swing da Guiana. Tu vê que ele é dançado com beem...hoje já a moçada nova... mas ele é um gingado muito muito diferente né!? Diferente isso é. Diferente até do carimbo do Pará porque ele misturou com o pessoal da Guiana que vinha dançando aquele Cassicó aí o pau foi, com a lambada guianense, aí ele mistura, tem um gingado diferente os homens dançam dum jeito bem diferente do carimbo do Pará (Osvaldina Macedo de Souza, presidente da Associação cultural quilombola São Benedito do Cunani).

O ritmo do Zimba é marcado por tambores. “As vestimentas são em tons vibrantes; as mulheres utilizam saias rodadas e blusas estampadas, já os homens vestem calça comprida e camisa de manga, dançam ao entorno dos tambores no sentido anti-horário (FUNDAÇÃO MARCO ZERO, 2012, p. 34)”.

Foto 12: Apresentação do Zimba durante o Encontro dos Tambores 2014<sup>10</sup>.



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

A comunidade todos os anos é convidada a apresentar o Zimba durante o Encontro dos Tambores. A presidente da associação cultural enfatiza que quando são convidados eles se apresentam em alguns lugares, mas, que o Zimba “é mais voltado” para a festa de São Benedito.

A realização de festividades em honra a santos católicos é uma prática coletiva muito importante na história de Cunani. “Festejavam São Brás, Divino Espírito Santo, São Tomé, São Sebastião, e atualmente festejam somente Santa Maria e São Benedito (Fundação Marco Zero, 2012, p. 39)”.

O santo padroeiro da comunidade é São Benedito. A festividade em honra ao santo acontece nos dias 25 e 26 de dezembro, mas, as comemorações iniciam no dia 13 de dezembro com o levantamento do mastro. Nesse dia os homens vão até a mata retirar a madeira (árvore) que será o mastro; posteriormente o mastro é levado à frente da capela e ornamentado com folhas, frutas e outras oferendas; a bandeira de São Benedito é fixada no topo do mastro, o qual é erguido ao som de sinos, tambores e fogos de artifício marcando o início da festividade.

<sup>10</sup> Evento coordenado anualmente pela União dos Negros do Amapá (UNA) acontece no Centro de Cultura Negra do Amapá na Semana da Consciência negra. Durante o encontro, várias comunidades negras amapaenses apresentam um pouco de suas manifestações culturais.



Foto 13: Levantamento do mastro de São Benedito.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os dias 25 e 26 de dezembro são o ponto alto da festa; além dos moradores, “filhos de Cunani” que moram em outras localidades, pessoas de outras comunidades e convidados chegam para prestigiarem a festa, com isso, a vila recebe um grande número de pessoas. Na primeira noite a comunidade realiza um baile com som mecânico e também dançam o Zimba.

No segundo dia, a festa acontece durante todo o dia e a noite. “Às 15 (quinze) horas derrubam o mastro, um voluntário sobe no mastro e vai tirando e jogando as frutas para as pessoas presentes, quando alcança o topo retira a bandeira do santo e entrega aos próximos festeiros do ano seguinte, em seguida derrubam o mastro” (FUNDAÇÃO MARCO ZERO, 2012, p. 39). Nesse dia também são realizados leilões, ladainhas e o baile (que acontece até o amanhecer).

Já à festa de Santa Maria é realizada nos dias 14 e 15 de agosto. Na festividade também são rezadas as ladainhas, a procissão da santa pela vila, além dos leilões e bailes. Essas festividades são manifestações coletivas praticadas tradicionalmente pela comunidade e mesmo aqueles que não residem mais na comunidade fazem questão de retornar à vila para participarem desses momentos.

Cunani tem um grande patrimônio cultural. Os “filhos de Cunani” entendem que dentre os vários elementos que compõem esse patrimônio estão suas as casas, a vila, as plantações, as manifestações religiosas e culturais, a capela e seus artigos religiosos, seu modo de vida e suas terras. Nesse sentido, “os moradores reivindicam a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos antepassados, tendo em vista a manutenção de um modo de vida singular, a legitimação da posse do território e, garantir um legado histórico” (FUNDAÇÃO MARCO ZERO, 2012, p.31).

A comunidade é representada politicamente pela Associação de moradores remanescentes de quilombo de Cunani (AMRQC), que atualmente é presidida pelo senhor Domingos Ramos, nascido em Cunani, que hoje reside em Calçoene. Segundo o presidente, a associação está adimplente, o que facilita que possam fechar parcerias e projetos importantes para a comunidade. A AMRQC é o principal canal de reivindicação dos “filhos de Cunani”, principalmente no processo de reivindicação de suas terras, mas também atuam em relação aos problemas cotidianos da comunidade.

Atualmente a comunidade possui um caminhão recebido pela associação de moradores, o qual foi adquirido através de uma parceria do governo federal e governo estadual. O presidente não sabe precisar, mas acredita que desde 2007 tentavam conseguir esse benefício até que no ano passado (2014) foram contemplados, porém, só receberam o veículo esse ano (2015). Foi doado para a associação.

O caminhão chegou quase no final da safra do açaí. Com esse transporte foi possível escoar parte do açaí coletado, principalmente pelos peconheiros<sup>11</sup>, nos açazais arrendados. As más condições de trafegabilidade do ramal também impossibilitou que esse serviço aconteça mais vezes.

Assim como acontece em outras comunidades tradicionais, Cunani também sofre com a especulação fundiária e o risco de perderem parte de seu território para posseiros; por esse motivo, a comunidade teme que outras pessoas adentrem no seu território. Atualmente,

---

<sup>11</sup> Expressão regional para designar as pessoas que extraem o açaí utilizando um utensílio rudimentar em formato de laço ou cinto conhecido como peconha, utilizado para escalar a palmeira; a peconha é feita a partir da folha da própria açazeira.

os moradores estão em processo de questionamento junto aos órgãos competentes quanto a possíveis invasões na área; duas pessoas que não fazem parte da comunidade iniciaram construções na área reivindicada. Essa situação já está em investigação no Ministério Público Federal.

Na parte do território que fica à margem direita do rio Cunani, sofrem pressão do avanço do mercado de terras na região, que influencia na forma como os quilombolas se relacionam com o território. Relatos dos moradores mais antigos destacam que é crescente preocupação com a delimitação e cercamento de suas posses, como forma de proteção das investidas de agentes especulativos externos à Comunidade, o que não existia antigamente (INCRA, 2013, p. 25).

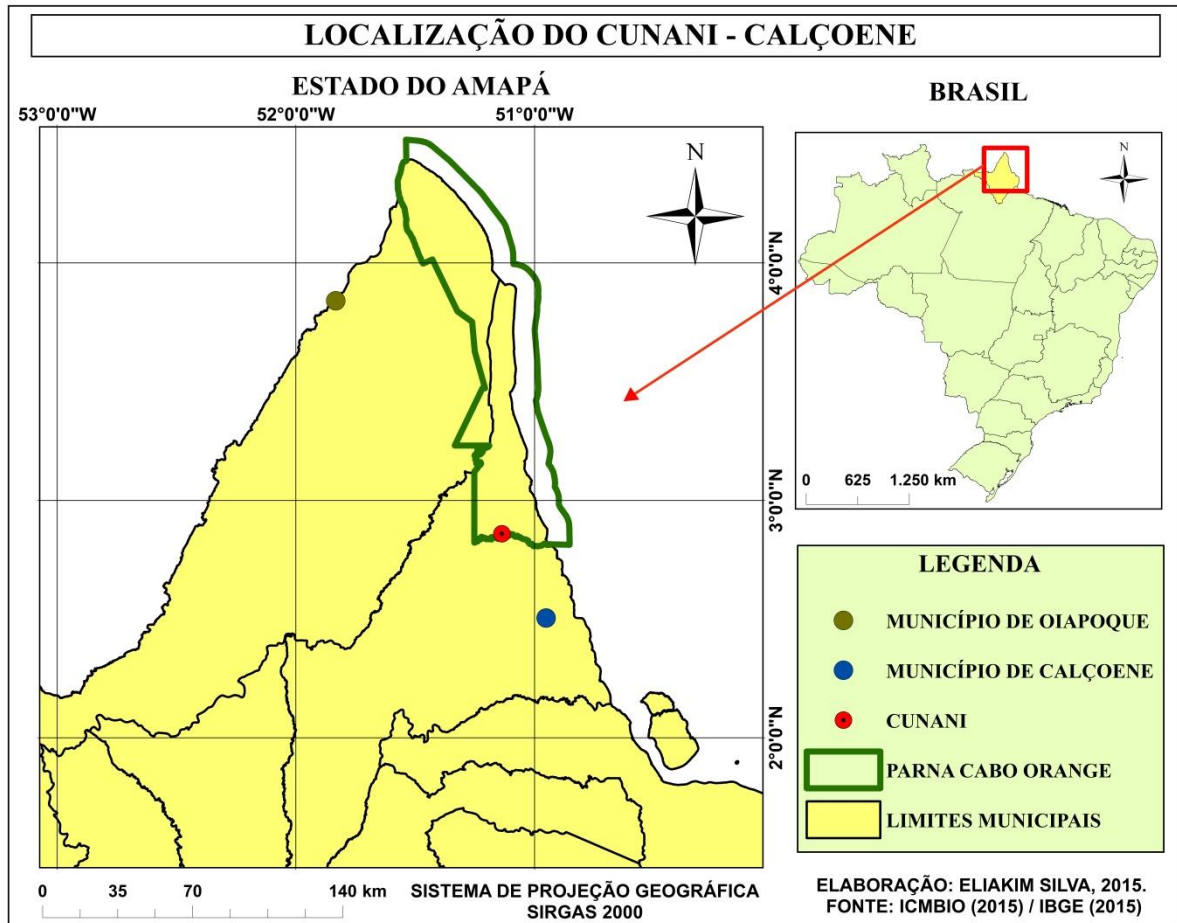
Foto 14: Construção de “invasor”.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Como já foi mencionado, desde 2005 Cunani se auto-reconhece como remanescente de quilombo e já possui a certidão (ANEXO B) emitida pela Fundação Cultural Palmares, em 2007 deram entrada ao processo para a titulação de suas terras e por diversos motivos ainda não foi concluído. No momento a conclusão está sendo inviabilizada pela sobreposição de áreas protegidas, pois, naquela área está a comunidade quilombola de Cunani e o Parque Nacional do Cabo Orange. A comunidade está localizada nos limites do parque como podemos ver na figura 8:

Figura 8: Localização do Cunani e PNCO.



Fonte: Elaborado por Eliakim Silva (2015).

Para que a comunidade tenha seu território demarcado e titulado, é necessário que se resolva o conflito da sobreposição das áreas em litígio entre ICMBio e a Comunidade.



### 3 O NOVO CONTESTADO

No início do século XX o Laudo Suíço pôs fim à disputa Franco-Brasileira pelo território Contestado. Compreendemos que nesse conflito não estava em questão apenas a soberania de ambos os países, a disputa entre os dois estados era por terras e todos os bens naturais que ali estavam presentes, como o ouro encontrado na região.

O conflito na região persiste até hoje, e assim como no Contestado Franco-Brasileiro, a disputa envolve terras e todas as construções sociais produzidas nessas em anos de história. Nesse novo contexto a disputa acontece entre o estado brasileiro, representado pelo ICMBio e a Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani.

O objetivo dessa seção é analisar os conflitos entre a comunidade quilombola e o PNCO, destacando a disputa pelo território e os reflexos dessa relação conflituosa na territorialidade de Cunani. Essa abordagem parte de dados coletados em pesquisa de campo, que aconteceu na comunidade e em momentos de debate da questão de Cunani na cidade de Macapá.

#### 3.1 A SOBREPOSIÇÃO TERRITORIAL DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E A COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE CUNANI

Como mencionado anteriormente, a região onde está localizada a comunidade sempre foi alvo de conflitos por ser uma área de muitos recursos naturais, sendo disputado por várias nações. E na sociedade moderna, com seus problemas ambientais e a necessidade de uso racional e preservação do meio ambiente, Cunani novamente marca presença no quadro de conflitos.

Quando falamos de conflito, eminentemente, estamos falando de resistência, e nesse caso, Cunani mostra que os quilombos permanecem vivos através de seus remanescentes escrevendo mais um capítulo na sua história, dentre outros elementos, a luta pela garantia do direito ao seu território e pela manutenção de sua identidade são exemplos dessa resistência.



Como relatado na segunda seção deste trabalho, a Comunidade de Cunani há mais de dez anos vem lutando para garantir o direito ao seu território, e durante esse período tem encontrado vários entraves alegados pelo INCRA (órgão responsável pela titulação das terras de quilombos), dentre eles estão dificuldades de pessoal e financeiro para viabilizar o processo. É válido ressaltar que essa situação não é exclusividade dessa comunidade.

No caso de Cunani existe mais um fato que tem inviabilizado o andamento do processo de titulação das terras, a sobreposição de áreas protegidas, pois a região sul do Parque Nacional do Cabo Orange se sobrepõe a grande parte do território reivindicado pela comunidade quilombola. A figura 9 ilustra a área total reivindicada pela comunidade como seu território histórico e destaca também a área que está sobreposta pelo Parque Nacional do Cabo Orange:

Figura 9: Destaque da área do conflito territorial.



Fonte: ICMBIO<sup>12</sup> (2013).

A figura acima nos revela o tamanho total do território quilombola que é de 36.342 hectares. Esse é o território descrito no relatório antropológico da comunidade como sendo o

<sup>12</sup> Mapa coletado durante palestra do ICMBIO na comunidade de Cunani, em 13 de dezembro de 2013.

seu território histórico, o qual já foi mapeado pelo INCRA. Ao mesmo tempo podemos observar que a área sobreposta pela UC, que é de 21.970 hectares, corresponde a mais da metade das terras de Cunani.

Outro ponto a destacar a partir da imagem é que a vila de Cunani está dentro dos limites do parque, o que já foi e continua sendo motivo de muitos questionamentos e conflitos entre a comunidade e o PNCO; essa situação será detalhada mais a diante.

A área sobreposta é apresentada aqui como o Novo Contestado, fazendo referência à disputa entre os governos brasileiro e francês por aquela região. Atualmente, a área apresentada na imagem acima é contestada pelo governo brasileiro através do ICMBio como região de importância ímpar para a preservação da natureza em função de todos os recursos naturais que nela estão presentes e pelos quilombolas que a reivindicam como território histórico essencial para a sua reprodução e identidade étnica.

É importante ratificar que de forma alguma estamos minimizamos a importância das unidades de conservação para a preservação da natureza; os problemas ambientais estão se agravando a cada dia e a necessidade de medidas para minimizar esses problemas é real e urgente. Contudo, nos questionamos quanto ao papel que tem sido delegado às comunidades locais dentro desse cenário. Entendemos que muitas comunidades têm sido marginalizadas do processo de criação e gestão dessas unidades enquanto que poderiam ser reconhecidas como protagonistas inclusive na proteção desses territórios.

### 3.2 AS BATALHAS PARA A TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CUNANI

Mesmo com as todas as legislações e normativas que garantem os direitos das comunidades quilombolas ao seu território, estas, ainda enfrentam muitas dificuldades para conquistarem esses direitos, travando batalhas físicas e judiciais que perduram por anos. No Amapá, a realidade das comunidades não é diferente; elas enfrentam longos processos para conseguirem a titulação de seus territórios tradicionais, como é o caso das comunidades Ilha Redonda, São José do Mata Fome, São Pedro dos Bois, Lagoa dos Índios, dentre outras.

Diante dessa realidade, assim como a formação de quilombos durante o período escravocrata, entendemos a luta da Comunidade de Cunani pela garantia do seu território histórico, como uma forma de luta e resistência dessa comunidade negra. O processo para a

titulação de suas terras já se arrasta por mais de 10 (dez) anos, e sem previsão de conclusão até o momento de fechamento deste trabalho. No quadro 4 fazemos um resumo dos principais trâmites/procedimentos em relação ao processo de titulação das terras de Cunani, os quais serão abordados em seguida.

Quadro 4: Resumo dos procedimentos

Ações	Ano
Certidão de Auto-Reconhecimento	2005
Processo junto ao INCRA	2004
Inquérito Civil	2007
Processo Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF	2010
Audiência Pública dos Quilombolas – MPF	2013
Audiência individual – MPF	2013
Recomendação nº 26/2013	2013
Palestra na comunidade	2013
Ação Civil Pública	2015
Decisão liminar	2015

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Em 2005 Cunani recebeu a Certidão de Auto-reconhecimento como Remanescente de Quilombo, esse documento é indispensável para processo de titulação das terras. Em 22/03/2004 através do processo nº 54350.000346/-007, a comunidade solicitou junto ao INCRA a regularização de suas terras; e desde então, o processo vêm se arrastando sem sinal de conclusão, muitos são os motivos alegados para a morosidade e entraves no processo, como a falta de recursos financeiros e humanos, e por fim, a sobreposição entre as terras do Cunani e do PNCO.

Durante a pesquisa de campo foi possível acompanhar alguns momentos em que a situação de Cunani foi pauta de discussão e também tivemos acesso a alguns documentos que resultaram desse debate ou mesmo que promoveram o diálogo entre a comunidade e o PNCO.

Em 26 de novembro de 2013 o Ministério Público Federal - MPF realizou no auditório da sede da Advocacia-Geral da União no Amapá – AGU a Audiência Pública dos Quilombolas. Na audiência, além do MPF como promotor e mediador, estavam representadas as comunidades quilombolas, INCRA, IBAMA, ICMBio, Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá - IMAP, Coordenação Nacional da Comunidades Quilombolas – CONAQ e Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Naquele momento as comunidades puderam expor suas demandas e fazer questionamentos aos representantes dos órgãos públicos. Na audiência constatamos que muitos são os anseios e pautas das comunidades quilombolas do Estado, e apreendemos que vários problemas levantados na audiência perpassam pela garantia do direito ao território, proposição também defendida por um dos representantes ao dizer que “é impossível ter igualdade racial e preservação do patrimônio cultural sem que se garanta o direito à terra das comunidades remanescente de quilombo”.

A audiência foi importante no sentido de divulgar os problemas das comunidades e buscar junto aos órgãos públicos sugestões para sanar as demandas apresentadas. Contudo, o momento foi desgastante e insuficiente para ouvir a todos.

Na audiência, a comunidade de Cunani foi representada pela AMRQC e mais alguns moradores que vieram participar. Foi exposta a dificuldade de obter informações junto ao INCRA, o descontentamento em relação à atuação do ICMBio na comunidade ao “impedir” a instalação dos postes para que a energia elétrica chegasse até a vila, além de outras restrições impostas à comunidade.

Em virtude das questões levantadas pela Comunidade de Cunani durante a audiência pública, foi agendada para o dia seguinte (27/11/2013) uma reunião com os representantes do Cunani, o chefe do PNCO e técnicos do ICMBio. A reunião aconteceu na Sede do Ministério Público Federal no Amapá/Procuradoria da República no Amapá.

Na reunião os moradores se queixaram da falta de informações quanto ao processo de titulação e da resolução do conflito de territórios. Com isso, entendemos que pelo menos naquele momento a comunidade estava alheia ao processo de resolução do conflito. O ICMBio, através de seu representante, firmou o compromisso de comunicar e convocar os representantes da comunidade para participarem de momentos futuros desse processo.

Após as falas dos presentes, como resultado dessa reunião, o MPF/PRAP expediu a Recomendação nº 26/2013 que sugere:

- 1- À Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF que convide a Associação dos Moradores Remanescentes do Quilombo do Cunani para participar de todas as reuniões necessárias da presente controvérsia.
- 2- Ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade ICMBio que, através da equipe do Parque Nacional do Cabo Orange, promova no prazo máximo de vinte (20) dias, palestra que busque informar a comunidade quilombola do Cunani acerca do que se tem discutido na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, com vistas, sobretudo, esclarecer a comunidade acerca da espécie de unidade de conservação Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

Em cumprimento ao segundo ponto da recomendação, ainda durante a reunião, ficou agendada para o dia 13/12/2013 a palestra em Cunani. Essa data foi escolhida em virtude de ser uma data festiva na comunidade, a qual deveria aglomerar um grande número de pessoas.

No dia 13 de dezembro de 2013, por volta de 08:00 horas da manhã, partimos do centro da capital Macapá com destino ao distrito de Cunani, acompanhados pelo procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura que recomendou a palestra e foi o mediador do momento.

Aquela seria nossa primeira incursão até Cunani, e a ansiedade era grande porque até então todas as nossas conversas com os quilombolas havia acontecido fora do seu território. Ainda era mês de dezembro, mas as primeiras chuvas já caíam na região, o que já sinalizava que a estação chuvosa seria rigorosa. O ramal já apresentava dificuldades de trafegabilidade por isso nossa chegada aconteceu por volta de 15:00 horas.

Ao chegarmos à comunidade, os moradores e a equipe do ICMBIO já aguardavam para iniciar a palestra, que aconteceu no centro comunitário. Às 15:15 o chefe do PNCO deu início a reunião saudando à todos e apresentando as pessoas que foram acompanhar aquela atividade; além do procurador estavam presentes também pós-graduandos e professores da Universidade Federal do Amapá, e um representante do INCRA.

O procurador falou brevemente sobre o papel do MPF. Ressaltou que a resolução do problema da sobreposição de áreas protegidas é de fundamental importância para a regularização fundiária da comunidade. Destacou ainda que o objetivo da exposição que seria feita a seguir era prestar esclarecimentos acerca do que está sendo suscitado na Câmara de conciliação sobre o conflito territorial em questão.

O analista ambiental Ivan Vasconcelos deu início a sua exposição sobre a sobreposição do Parque Nacional do Cabo Orange e a Comunidade Remanescente de Quilombo Cunani; com o auxílio de recurso material (Datashow) abordou alguns conceitos-chave necessários à compreensão do debate da sobreposição.

Foram abordados os conceitos de Área Protegida, Unidades de Conservação, Categorias de UC: Proteção Integral e Uso Sustentável, Parque Nacional, Terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, Reassentamento, Desafetação, Dupla afetação, Recategorização, Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Mosaico; esses conceitos foram abordados por entenderem que a sua apropriação é importantes para a discussão de solução da questão de sobreposição.

Esses conceitos foram abordados para que os “filhos de Cunani” se apropriassem dos conceitos e tivessem clareza do que está sendo tratado, para quando esses termos forem utilizados em momentos posteriores; portanto, o objetivo era dar subsídios para fundamentar e instrumentalizar os posicionamentos e decisões da comunidade.

Foto 15: Palestra do ICMBIO em Cunani.



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em determinado momento a palestra foi interrompida para que as pessoas pudessem prestigiar a chegada do mastro ao centro da comunidade. Nesse momento todos voltaram-se para a cena, onde homens carregavam um grande caule que posteriormente seria enfeitado e oferecido à São Benedito; as pessoas aplaudem esse acontecimento em sinal de respeito e alegria.

Esse fato pode não ter relação direta com os conceitos que estavam sendo tratados, contudo, o identificamos como um ritual importante dentro de uma manifestação da identidade e territorialidade daquela comunidade, portanto, inerente ao debate daquele momento. Após essa pausa, o analista continuou sua exposição explicando melhor dois tipos de unidades, RESEX e RDS; essa ênfase deve-se ao fato de ambas terem sido levantadas como possibilidades para resolução dos conflitos gerados com a sobreposição das áreas.

Concluída a exposição pela equipe do ICMBIO, foi aberto o espaço para que a comunidade pudesse participar fazendo perguntas e comentários. Alguns moradores contribuíram com questionamentos e outros expondo seu posicionamento sobre o problema. Durante essa fase percebemos que ainda havia dúvidas sobre qual seria a área da comunidade, por esse motivo, novamente, foram expostos os mapas das áreas em questão.

Quanto a isso o representante do INCRA informou que “Tanto o Relatório Antropológico como o Relatório Agrônômico Ambiental apontou aquela área apontada por vocês, que é o que faz parte desse processo”. A fala do representante também foi importante para esclarecer que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Cunani já estava concluído:

(...) Então assim, o próximo passo que seria o INCRA publicar no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado vai depender dessa decisão do que vai ser feito em relação, ou seja, vai depender dessa conciliação que vai haver entre o INCRA, ICMBio, Ministério Público, AGU e a Comunidade. Então o INCRA só vai poder publicar pra poder passar pra fase seguinte, né? Que é notificações, contestações, e a demarcação por si, só vai ocorrer depois de resolvido esse pequeno, esse empecilho que está aí. Então o processo está nessa fase. Por parte do INCRA agora aguardamos o desenrolar dessa situação em relação à sobreposição, e a solução que vai ser dada a ela. Então por parte do INCRA a gente tá aguardando, na verdade (Representante do INCRA).

Nas falas dos cunanienses os principais pontos foram: a preocupação com a possibilidade de remoção da comunidade daquele lugar, a falta de informação quanto aos procedimentos que estão sendo adotados para resolver o conflito, as restrições dentro da área contestada, e a ratificação de que a comunidade quer o seu território, como exposto por um morador durante a reunião: “O ICMBio na verdade pra nós aqui [...] promessa, promessa, promessa que nunca foi cumprida, chegou muita promessa, mas até agora nada, entendeu? Aí vem agora [...]”

O analista ambiental concluiu suas ponderações dizendo:

Assim, o que o Ministério Público junto com o Camões, tá tentando fazer, por isso que a gente tá aqui, o que ele fez foi recomendar, “Vocês que estão aí em Brasília tentando decidir a questão, vocês não podem decidir sem a presença da comunidade”. Então assim, agora eu vou falar uma outra coisa, a gente não consegue, a nossa equipe aqui não consegue fazer tudo, não consegue. Sabe, a gente não consegue, quem dera a gente conseguisse fazer tudo que a gente precisa fazer, quem dera. Eu queria muito poder tá conversando com vocês sempre, tá aqui sempre discutindo, conseguir levar vocês pra Brasília, levar mais gente, quem dera. Agora a gente tem que ter a percepção que o que o senhor tá dizendo, é que tá acontecendo às discussões sem a comunidade. O que a gente vai fazer, que nesse momento a gente tá aqui se propondo pra ajudar vocês pra fazer com que isso ocorra, e aí assim, a gente tem que pensar real também. Eu concordo muito com a questão que foi colocada: como que alguém vai sair daqui? Isso é uma questão importante, e aí a gente tem que tentar junto uma solução, porque não é só dizer, “Ah, tem que ter comunidade”, mas como é que as pessoas daqui vão se deslocar até Brasília?

Em 19/07/2007 a PRAP instaurou o Inquérito Civil nº 1.12.000.000273/2007-62 para acompanhar o processo de Cunani, o qual foi encerrado em 28/11/2014. Durante esse período,

alguns momentos importantes aconteceram em nível local e nacional, alguns com a participação da comunidade e outros alheios ao seu conhecimento.

Em virtude da demora em finalizar o processo de titulação, o MPF/PRAP ajuizou na Justiça Federal, Vara da Subseção de Oiapoque, a Ação Civil Pública de nº 5-38.2015.4.01.3102 (BRASIL, 2015a) em desfavor da União Federal. A ação pede que a União e as autarquias citadas (INCRA e ICMBio), sejam condenadas a finalizar o processo de titulação das terras, bem como, cobra pagamento de indenização à comunidade, como podemos apreender no texto da ação:

I - Do OBJETO:

A presente ação civil pública tem por objeto pedido de condenação da União e das autarquias réis, cada qual em seu âmbito de competência, à finalização do processo administrativo de titulação coletiva da Comunidade remanescente de Quilombo do Cunani, no Estado do Amapá, em prazo razoável, bem como ao pagamento de indenização por danos morais coletivos em razão da mora injustificável no cumprimento desse dever legal (BRASIL, 2015a, p. 02).

A decisão liminar dessa ação saiu em maio deste ano e trouxe o seguinte: Desta feita, ante tais considerações, presentes o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*,

CONCEDO EM PARTE A LIMINAR PLEITEADA para determinar:

- a) ao INCRA e ao ICMBio que promovam a participação da Comunidade do Cunani nos procedimentos de resolução do conflito de sobreposição entre o território quilombola e o Parque Nacional do Cabo Orange, demonstrando a este juízo as medidas adotadas;
- b) ao INCRA e ao ICMBIO que se abstenham de adotar qualquer medida ou solução que importe em diminuição do território identificado da Comunidade do Cunani (conforme RTID) ou em sua remoção/relocação; e
- c) de ofício, com esteio no art. 798, CPC, ao ICMBio que, em 60 dias, nos termos do art. 42, §2º, Lei 9.985/2000, estabeleça normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença da Comunidade do Cunani com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia desta população, assegurando a participação da comunidade e do Ministério Público Federal, na elaboração das referidas normas e ações (BRASIL, 2015b, p. 10-11).

O ICMBIO recorreu da decisão judicial e aguarda resposta do recurso; mas, quanto ao item c, exposto acima, a equipe informou que pretende iniciar as discussões sobre o Termo de Compromisso que irá regulamentar a compatibilização citada. A decisão liminar foi recebida pelos moradores como uma vitória nessa luta pelo seu território, acreditando que com essa decisão o ICMBIO fica impedido de regular e “mandar” na comunidade quanto aos usos que fazem do território.



Os analistas do PNCO questionam o RTID de Cunani por acreditarem que existe um equívoco quanto aos limites da área reivindicada pela comunidade. Acreditam que há uma inconsistência quanto ao limite Oeste da comunidade, que é uma linha reta, a qual coincide com o limite do PNCO, o que (segundo eles) provavelmente não representa o limite tradicional, tendo sido deslocado para oeste.

### 3.3 AS POSSIBILIDADES PARA A SOLUÇÃO DO CONFLITO

Em 2010, com o objetivo de conciliar e resolver o conflito da sobreposição de territórios, foi iniciado um processo Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF sob o nº 00400.010204/2010-26. Mesmo depois de várias reuniões o processo não avança e não se chegou a uma solução para o conflito.

A proposta do ICMBIO e Ministério do Meio Ambiente para desafetação correspondente a uma área de 4.900 hectares, sendo que a área total sobreposta é de 21.970 hectares, foi fortemente rejeitada pela comunidade, pois, perderiam 17.070 hectares do seu território histórico.

A ausência da comunidade nas reuniões na CCAF também foi pauta de discussão. Em virtude disso, o MPF expediu a Recomendação nº 26/2013 para garantia da participação da comunidade nas reuniões nas quais fossem discutir o caso da comunidade. Não estava sendo cumprido o que recomenda a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

#### **Artigo 6**

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

- a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente,
- b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes.
- c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa-fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas (BRASIL, 2002).

De acordo com a legislação acima, as populações devem ser consultadas quando são partes interessadas nos processos; contudo, isso não tem acontecido no caso de Cunani. Possibilidades para a resolução do conflito aconteceram sem que a comunidade tivesse sido comunicada, dentre elas estão: a diminuição da área da comunidade, a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Os “filhos de Cunani” já se posicionaram rejeitando qualquer proposta que diminua a sua área ou desloque a vila de onde se encontram desde sua origem. Quanto a este tema, em audiência, a gestão do PNCO deixou claro que não tem proposta de realocar ou remover a comunidade do seu território. Essa afirmação é recebida com alegria, mas não tranquiliza a comunidade por saberem que muitas decisões são tomadas na esfera federal, temendo que os debates locais sejam ignorados e decisões sejam tomadas a revelia da comunidade.

### 3.4 AS NARRATIVAS SOBRE O CONFLITO

Ao lermos os documentos oficiais o que encontramos é que “a comunidade está dentro do PNCO”, como exposto no Plano de Manejo; essa afirmativa é verdadeira, contudo, há uma ressalva a ser feita: o Parque Nacional é que se sobrepôs a Comunidade de Cunani, pois muito antes da criação do parque a comunidade já existia naquela área.

Eu digo pra nós assim porque eu tive a sorte de nascer aqui né? Então eu não concordaria que o IBAMA<sup>13</sup>, até mesmo porque eles acusam que a vila entrou no parque e isso não é verdade, isso não é verdade! É o, o parque, o Cabo Orange existe há muito anos mas o Parque foi criado nos anos oitenta e o Cunani tem mais de... quase duzentos anos. (F3)

A fala de F3 expressa a indignação que está presente na fala de todos os moradores que se queixam por estarem há mais tempo na área e não terem o devido reconhecimento pelos órgãos responsáveis por solucionar o conflito da sobreposição. F4 fala sobre essa questão e ainda reclama a UC foi imposta à comunidade:

Eu sou um pouco revoltada assim, sobre o parque né? Eles não procuraram saber que existia uma comunidade e vieram e colocaram o parque aqui aí quer dizer, muitas pessoas já foram daqui divido esse parque... porque quem tá lá em Brasília

---

<sup>13</sup> Por muitas vezes nossos colaboradores citam o IBAMA no lugar de ICMBio. Acreditamos que essa troca aconteça pelo fato de que por quase dezoito anos a gestão do PNCO era feita pelo IBAMA. Entretanto, apesar da troca, eles são cientes de que se trata do ICMBio.

nunca veio aqui pra saber que tinha uma comunidade e eu acho que por direito é o quilombo mais antigo do Estado do Amapá.

O que os moradores questionam não é somente o direito à terra, aos hectares, e sim ao território que construíram e viveram por várias gerações, bem como a autonomia de poder decidir sobre quais as melhores estratégias para uso dos recursos naturais disponíveis para uso comum.

Na área contestada está localizada a vila, nela estão suas benfeitorias, as casas, a capela, a sede social, a escola, algumas plantações, lagos e vários outros recursos naturais que há anos estão disponíveis e são usados naquele território. Para os moradores é inconcebível que a comunidade saia desse local, e eles temem bastante que isso possa acontecer, por isso, estão disponíveis a lutar no sentido de impedir tal “absurdo”.

O SNUC prevê que as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes (BRASIL, 2000).

No caso em estudo ainda não houve acordo porque até então as possibilidades de resolução do caso não foram discutidas com a participação da comunidade, apenas foram propostas e divulgadas. As propostas para a resolução do conflito serão expostas posteriormente, mas, sobre a possibilidade de realocação do quilombo, adiantamos que para os moradores isso está fora de questão, pois, é ali naquele lugar que está toda a sua história e identidade.

Observamos que o território quilombola além de estar nos limites do PNCO também faz parte da zona de amortecimento, que é o entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, 2000). Segundo o chefe da UC, não existem conflitos quanto à utilização da zona de amortecimento.

Uma vez que a comunidade precisa se adequar as restrições estabelecidas pela especificidade da UC de proteção integral, suas práticas ficam submetidas a regras e normas que não foram estabelecidas pelo grupo e este perde a autonomia sobre o seu território. Com a titulação de suas terras, a comunidade espera resgatar o poder sobre o seu território, entretanto, essa luta não tem sido fácil, e ao que tudo indica, ainda está longe de uma definição.

Com a resolução do Contestado Franco-Brasileiro aquelas terras passaram para o domínio da União, com isso o conflito foi resolvido, até o momento que a comunidade abre o

processo junto ao INCRA reivindicando a demarcação e titulação das suas terras como remanescente de quilombo.

Os “filhos de Cunani” defendem que aquele território foi demarcado como UC, mas é da comunidade porque foi ali que suas famílias viveram por gerações, antes mesmo da criação do parque, cultivaram e continuam a fortalecer a noção de pertencimento àquele território.

Diegues (2004) faz críticas ao modelo de parque nacional adotado no Brasil, que importou o conceito de preservacionismo americano implantado no Parque de Yellowstone. Nessa perspectiva prevalece a imagem da natureza intocada, de belezas raras destinadas à contemplação. Essa visão é um mito, visto que essas áreas naturais não estão isoladas, os homens estabelecem relações nesses ambientes, interagem entre si e com o meio.

Apesar das legislações defenderem a relação das comunidades com as unidades de conservação, e enfatizarem a necessidade de desenvolver ações que favoreçam a compatibilidade e desenvolvimento dessas populações, o que percebemos é uma grande deficiência nesse sentido. Os processos têm sido conduzidos no sentido de retirar as comunidade e manter a imagem da natureza intocada. Consideramos que em Cunani a trajetória tem seguido nesse sentido quando restrições são impostas à comunidade como veremos nas proposições seguintes.

O primeiro ponto a destacar é a queixa dos moradores quanto à perda da autonomia sobre o seu território. Os moradores já não podem exercer suas atividades livremente, um exemplo citado por todos é o controle da pesca. Segundo eles, não tem como limitar a quantidade do pescado em cinco ou dez quilos semanais como cobra o chefe do parque visto que as famílias são grandes e essa quantidade não supre a necessidade familiar.

O que é pescado não pode sair do parque e nem ser estocado, fato que causa atrito, pois a maioria dos moradores tem parte da sua família morando em Calçoene e precisam fornecer algum alimento para fora dos limites do PNCO. São várias situações cotidianas que dificultam o desenvolvimento da vila.

mas dá de entender o seguinte, porque é, nós sobrevivemo da caça e a pesca, né? Pra que eu vou tirar uma área de um palmo, se eu preciso de cinco ou seis, né? Foi isso que tá acontecendo até hoje no momento, é porque ele acha que a área é muito grande, e a gente não quer, mas a gente recebeu o relatório do juiz dando esse prosseguimento, que ele não pode mais diminuir um palmo que seja mais da área, né? E a gente tem esse relatório. (Domingos, presidente da associação de moradores).

Além da situação já exposta, outros fatores são motivo de questionamento como a restrição à caça, pesca, captura de quelônios, retirada de madeira e a proibições de queimadas tem modificado as atividades dessas comunidades, resultando em uma situação de conflito e um ambiente de animosidade frente ao ICMBio nos Municípios de Oiapoque e Calçoene (PLANO, pg. 37).

A tentativa de retirada da comunidade para o outro lado do rio também gerou grandes tensões entre a comunidade e o ICMBio.

...Mas antes a gente teve em guerra mesmo porque até no momento que chegou lá, e quero que a gente deixasse o lado que a gente mora pra atravessar pro outro lado do rio e a gente nunca aceitou, então a gente brigou muito... D nesse momento o gestor era o Marcos mas o Ricardo já estava na equipe. (Domingos).

A comunidade entende que se aquela área está preservada é porque eles a preservaram durante anos e que acham muito injusto serem tratados como se eles fossem destruir o parque. Contudo, eles já percebem uma maior flexibilidade do gestor do parque quanto à permanência deles na área e ao uso dos recursos naturais.

Isso, até porque nessa última reunião que a gente tive com ele, com o Ricardo, né? Eu notei que ele não tinha mais aquele argumento de antes que ele tinha que alegava assim, a destruição das florestas, né? Lá no momento, na frente do juiz deu pra gente perceber, eu percebi que ele não tinha mais o argumento de antes que ele tinha porque ele pensava na volta dos filhos cunaniense pra destruir as florestas, no caso é isso que interessava pra ele, né? No momento daquela reunião eu notei assim que ele já não era aquela pessoa que apareceu aqui há anos atrás, né? Ele já cedeu, pelo menos hoje ele sente que não é o que ele pensava com relação a destruição, ele chegou um momento de dizer que hoje ele já não sabe aonde é a capoeira e aonde é mato natural mesmo, né? Quer dizer, ele viu que não é o que ele pensou no momento, né? E sempre a gente se põe a disposição que a gente quer ser parceiro mermo, e é isso até agora no momento. (Domingos)

Outro ponto sensível durante as conversas com moradores é a posse do manganês existente na área do parque. Durante reuniões alguns “Filhos de Cunani” expressaram que a comunidade poderia se beneficiar da exploração desse minério. Essa possibilidade preocupa os analistas do PNCO, o que é bastante pertinente, pois, sabemos o quanto a atividade de mineração é danosa ao meio ambiente; o que entraria em contradição com a finalidade da UC.

Já é possível perceber na fala de alguns colaboradores a percepção dos riscos que a mineração pode trazer tanto para o meio ambiente quanto para a vida das pessoas. Moradores reconhecem que foram até o lugar e relatam que hoje já é uma situação resolvida.

...Aquilo se não tiver um serviço muito bem feito pu resíduo, ele fica nas cabeceiras de dois lagos, seriam, se não tiver um tratamento muito bem feito que ela fica na montanha, o maganês, né? Por aqui sai os igarapés que vai pra dentro do lago, aí depois ele ficou pensando como vale a pena, né? a gente lutar por isso, porque é como eles dizem, né? Se não tiver um tratamento por resíduo vai haver uma mortandade muito grande. (Domingos)

Outro problema é a dificuldade em se fazer obras de infraestrutura no local já que para que isso ocorra precisa que haja um Termo de Ajustamento de Conduta que acorde qualquer construção. Os moradores relatam que se não tem energia hoje na comunidade é porque os postes chegaram até o outro lado do rio, mas não foram instalados porque não havia autorização. “Seria uma coisa muito viável pra gente, pro governo, porque tá fazendo três, uns dois meses que nunca mais a gente recebeu a cota que a gente tem pela CEA de óleo” (Domingos).

O cotidiano da comunidade é diretamente afetado pela falta de energia elétrica. Um exemplo é o fato de não poderem armazenar as vacinas no posto de saúde. Outro problema que podemos citar diz respeito à produção de frutas, que não podem ser armazenadas ou mesmo beneficiadas; por esse motivo muitos frutos se estragam.

Quanto às novas construções, os moradores dizem que deixaram de respeitar a posição do chefe do PNCO quanto a não construção de novas moradias porque existem pessoas que moram junto com seus familiares, mas que já tem sua família também e que precisam construir suas casas próprias. Em uma de nossas visitas podemos presenciar a construção de uma nova residência.

Não é chegar e construir casas em massa, o senhor tá vendo hoje um monte de pessoas aqui [...] filho estuda em Macapá. Agora quando acontece um evento aí a gente fica, sabe? [...] Todo mundo recebe na boa, recebe. Daqui a pouco nós estamos com uma [...] Não é pra construir casas em massa e sim pra receber [...] (F5)

Os “filhos de Cunani” afirmam que não tem com haver o controle sobre a construção das casas como o ICMBIO pretendia inicialmente. Primeiramente porque os filhos vão constituindo suas famílias e em determinado momento se veem com as casas cheias com duas ou mais famílias, a partir daí há necessidade de construir uma nova residência para a nova família que se forma.

Dentre os “filhos de Cunani” que hoje residem fora da comunidade, alguns também expressam a vontade de um dia voltar a residir naquele lugar e temem não poderem construir suas casas em virtude do controle sobre as construções no local como prevê o SNUC.

Foto 16: Construção de nova residência na vila.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Em virtude de escassos recursos humanos, materiais e financeiros do ICMBIO, as fiscalizações não são frequentes, e essa ausência deixa os moradores (parcialmente) mais tranquilos por se sentirem menos pressionados. Dada a fragilidade na fiscalização, a parceria com a comunidade é de suma importância para que os moradores sejam parceiros nessa fiscalização. Eles entendem e reconhecem a necessidade de preservar, contudo, suas necessidades básicas muitas vezes confrontam-se com as normas do PNCO.

Os moradores sentem-se abandonados pelo órgão responsável pela titulação e não acreditam que queiram resolver a situação em favor da comunidade.

parece que não há interesse do INCRA em resolver essa situação, porque olha, tem muito tempo que começou isso, mas de 10 anos, e vem se arrastando essa história, o INCRA era o responsável pra fazer isso, o INCRA parece que dobra a costa pra essa rumação. Eu vejo que todas as [...] que tem na comunidade que tem que ter a presença do INCRA, tem que ter o papel do INCRA, ele deixa solto, deixa solto a comunidade a mercê (F6).

Para os analistas ambientais do PNCO, atualmente, o principal entrave na relação com Cunani, diz respeito à área solicitada para a titulação. Eles consideram que a área pleiteada pela comunidade é grande demais para as poucas famílias que efetivamente vivem na vila, uma vez que muitos “filhos de Cunani” hoje vivem em outras localidades, principalmente na sede do município de Calçoene.

Por vezes o chefe do parque expressou que “uma comunidade quilombola é a melhor vizinhança que um parque pode ter”, e da mesma forma, o contrário; contudo, ressalta que isso é possível desde que a comunidade mantenha um estilo de vida tradicional. Ele expõe sua preocupação quanto à possibilidade de mudança das características das comunidades tradicionais, portanto, também de Cunani:

O problema é que, como disse também, dificilmente as comunidades tradicionais manterão o estilo tradicional por muito tempo. A pressão da civilização é muito grande, com as parabólicas e internet, “invadindo” casas e mentes com desejos de consumo que a pouco tempo atrás, eles nem sabiam que existia (Chefe do PNCO).

Entendemos a preocupação do gestor, uma vez que as culturas podem sofrer transformações ao relacionarem-se, e assim, mudarem seu modo de vida e os usos dos recursos naturais, o que pode vir a refletir na UC. Entretanto, não podemos partir do pressuposto de que as comunidades irão modificar-se, e por esse motivo negá-las o direito e liberdade de decidir como relacionarem-se dentro do seu território.

Outro elemento que queremos questionar diz respeito a ideia, disseminada pelo senso comum, de que uma comunidade tradicional (pequena) não precisa de grandes áreas para a sua reprodução humana, social e cultural. A necessidade da utilização do lago chamado de Tralhoto é questionada, pois, em alguns momentos moradores afirmaram que esse uso é esporádico, o que não significa que não seja essencial como podemos apreender da citação seguinte:

O Lago do Tralhoto que fica localizado na extremidade norte do território identificado, apesar de distante da área onde está edificada a maioria de suas moradias é apresentado pelos membros da comunidade como local de grande potencial para pesca e considerado de grande importância para subsistência econômica da comunidade, pois é nele, sazonalmente no período do verão, onde realizam atividades de pesca de maneira artesanal (INCRA, 2013, p. 13).

A comunidade apropria-se dos recursos naturais de formas diversas, de acordo com a territorialidade do grupo, não seguindo a lógica das sociedades urbanas onde os espaços são cada vez mais reduzidos. As populações tradicionais trazem como característica a mobilidade que seus sujeitos delimitam dentro de seu território.

Durante a pesquisa de campo conversamos com o F3, e encerramos essa seção com as palavras dele, as quais resumem a situação da comunidade dentro do parque, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade da preservação ambiental, mas não deixa de tocar na luta e direito da comunidade ao título de suas terras e reconhecimento do seu território e identidade tradicional.



Até que eu seria de acordo que o IBAMA ficasse sempre protegendo né? o que eu não sou de acordo é as ameaça deles tirarem nossa vila daqui que é uma vila muito antiga isso aqui com certeza eu não sei se parente ou alguém, isso aqui morreram porque não era só dizer assim aquelas questão de () alguém morreu pra, pra deixar isso aqui pra nós. Eu digo pra nós assim porque eu teve a sorte de nascer aqui né? Então eu não concordaria que o IBAMA, até mesmo porque eles acusam que a vila entrou no parque e isso não é verdade, isso não é verdade! É o, o parque, o Cabo Orange existe há muito anos mas o Parque foi criado nos anos oitenta e o Cunani tem mais de... quase duzentos anos. Então o que eu queria que ele, o que eu queria de preferencia é que fosse demarcado mermo eles tando como parceiro não deixando o...o... os próprios moradores isso aí eu seria de acordo, há tá querendo... assim, como é que se diz? Ééé', assim eu queria eles... ah!!! (lembrou a palavra que queria ter usado anteriormente) a preservação né!? eu queria que os filho mesmo daqui ajudasse na preservação do parque, da área nossa mermo e colaborando com o parque, e assim o IBAMA também, desde que demarcasse a nossa área e aí se um teimoso no causo fizer uma irregularidade ele deveria pagar o que ele tá ofendendo a natureza né? (F3).

Como vimos no decorrer do trabalho, a comunidade de Cunani tem uma história de resistência, e ao conviver com eles por alguns dias foi possível observar que eles estão dispostos a resistir por muito mais tempo. A preservação ambiental é necessária, contudo, em consonância com a realidade das populações locais; as comunidades são atores sociais importantes nesse contexto e não podem ficar marginalizadas do processo de decisão que envolve a temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o indivíduo é retirado do seu território e realocado em terras que pra ele só representa um espaço, ele perde o vínculo cultural que ele havia construído com o território de dantes. Existe também a situação de mesmo morando em seu território os indivíduos serem privados de suas práticas cotidianas que dão sentido a sua vivência social naquele lugar, como é o caso de comunidades tradicionais que hoje são privados de diversos usos do território por existir uma legislação ambiental que vai de encontro à lógica estabelecida para aquele território anteriormente.

Diante disso, concluímos que o modelo de conservação desenvolvido pela Política Nacional de Meio ambiente protege a biodiversidade de nossas regiões, contudo, é frágil no tocante ao desenvolvimento social e mesmo quanto à participação da sociedade quando da tomada de decisão sobre a criação de UC visto que perpassa por uma decisão política. O que aconteceu com a criação do Parque Nacional do Cabo Orange para proteger a fronteira do país e colocando a comunidade de Cunani sob a legislação do parque.

Durante a pesquisa, alguns moradores afirmaram que a relação entre o parque e a comunidade era bem melhor durante a gestão anterior, quando havia mais diálogo entre as partes, e o ICMBIO era visto como um parceiro mais próximo.

À primeira vista as relações entre a comunidade e o parque mostravam-se tranquilas e “muito boas”, contudo, durante a pesquisa de campo, por ficarmos mais tempo junto à comunidade, verificamos que a realidade não é assim tão tranquila, principalmente quando está em discussão o direito da comunidade ao seu território histórico.

Acreditamos que alcançamos nosso objetivo de analisar as transformações na territorialidade e nas práticas cotidianas da comunidade remanescente do quilombo de Cunani dentro do Parque Nacional do Cabo Orange. A comunidade teve sua territorialidade impactada diretamente pela criação da UC e os moradores se sentem ameaçados constantemente pela possibilidade de terem que sair de seu território.

Os “filhos de Cunani” também vivem a angustia de não ter mais autonomia sobre o seu território porque os processos de territorialidade que o constituíram agora são orientados também pelas normas de utilização do parque.

A comunidade sofre com o descaso dos órgãos públicos o que por anos tem ocasionado a saída de muitos moradores para a zona urbana causando uma diminuição

drástica no número de residentes. Atualmente a existência do parque faz com que outros também deixem seu território.

Os moradores acreditam que o parque dificulta ainda mais o desenvolvimento da vila quando priva os moradores de seu livre acesso aos recursos naturais e também pelo fato de que precisam da autorização do parque (regulamentada através de termo de ajustamento de conduta) para que obras de infraestrutura sejam feitas no local, como por exemplo, a colocação de postes de energia elétrica para que a comunidade tenha o fornecimento durante vinte e quatro horas por dia.

A comunidade mantém muitas características de sua ancestralidade, contudo, para sua sobrevivência precisam de meios para sua subsistência e permanência no local. Resgatando a concepção de desenvolvimento defendida no início deste trabalho, consideramos que a comunidade está sendo privada de suas liberdades tanto no que compete aos recursos naturais existentes em seu território quanto da possibilidade de aquisição de benfeitorias e serviços que julguem necessários para sua sobrevivência, reprodução social e qualidade de vida.

Há a preocupação de que com a realização de serviços como a energia elétrica e a construção de novas casas, a comunidades possa receber um grande número de pessoas e isso venha a ter desdobramentos, como infrações ambientais, dentro da área do parque; contudo, entendemos que a comunidade tem direito de apontar quais as prioridades para a melhoria de sua qualidade de vida e desenvolvimento da comunidade.

Contrapondo o que foi dito por um de nossos colaboradores, não são somente os “filhos de Cunani” que residem fora da vila que se auto-reconhecem como remanescentes de quilombo, está na fala da maioria dos moradores o orgulho de serem filhos daquele lugar, de terem sido a sede da República de Cunani e de serem um quilombo.

A relação entre Cunani e PNCO também nos faz pensar que estão em questão o direito ao meio ambiente equilibrado assim como o direito ao território tradicional. O desafio é conciliar esses fatores ao invés de confrontá-los permanentemente. Acreditamos que a gestão compartilhada da UC pode ser um caminho para aproximar a comunidade e o parque nacional para que a parceria possa proteger e fortalecer tanto a comunidade quanto a unidade de conservação.

O estudo sobre Cunani foi relevante para entendermos, mesmo que minimamente, a realidade de comunidades tradicionais no Amapá e serve de base para aprofundarmos a temática futuramente. Dentre as possibilidades de pesquisas futuras vislumbramos a relação dos quilombos com as cidades, tendo em vista que mesmo distante dos centros urbanos, os

quilombolas estão em relação direta com esses espaços, principalmente quando por descaso do poder público as comunidades quilombolas são cerceadas dos seus direitos básicos como educação e saúde, o que provoca o êxodo dos moradores em busca desses serviços públicos.

Esse trabalho também foi importante para verificar a necessidade de conhecermos a realidade local, e as problemáticas das populações tradicionais, e no momento consideramos que os modelos de desenvolvimento regional pensados para as populações não têm atendido os anseios da população.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; GOMES, Flávio. **Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII)**. São Paulo: Revista de História/USP, n. 149, pp. 69-107, 2003.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: **Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Braga et al (Org.). Relume Dumará. Associação de Universidades amazônicas, 2004.

ALBUQUERQUE, Elane Carneiro de. **Vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para... Sociopoetizando o museu e musealizando a vida**. Fortaleza: edições UFC, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Quilombos: reivindicações e judicialização dos conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2012.

\_\_\_\_\_. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de et al. **Política e planejamento ambiental**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Thex, 2009.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Remanescentes das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia – conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença**. In: Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, 2009.

ANDRÉ, Marli E.D.A.; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EDU, 1986.

**ATLAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAPÁ**. Texto de José Augusto Drummond, Tereza Cristina Albuquerque de Castro Dias e Daguinete Maria Chaves Brito. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. RJ: Sextante, 2004.

**BRASIL. Decreto nº 143, de 20 de junho de 2002:** Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. D. O. U. de 21.6.2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006:** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. D. O. U. de 17.4.2006.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003:** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. D. O. U. de 21.11.2003.

\_\_\_\_\_. **Lei 3055,** de 22 de dezembro de 1956: Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá. Dou de 26.12.1956.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938,** de 31 de agosto de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU de 2.9.1981.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.985,** de 18 de julho de 2000: Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. D.O.U. de 19.7.2000.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Ação Civil Pública.** Tribunal Regional da Primeira Região. Subseção Judiciária de Oiapoque. Processo nº 5-38.2015.4.01.3102. Oiapoque, 2015a.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Decisão da Ação Civil Pública.** Tribunal Regional da Primeira Região. Subseção Judiciária de Oiapoque. Processo nº 5-38.2015.4.01.3102. Oiapoque, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 21,** 2006: Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange. D.O.U. de 10.3.2006.

BRITO, Daguinete Maria Chaves. **Conflitos em unidades de conservação.** PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008.

\_\_\_\_\_. **Conflitos socioambientais na gestão de Unidade de Conservação: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP,** Belém, 2010.

CABRAL, Mariana Petry. **Juntando cacos**: uma reflexão sobre a classificação de fase Koriabo no Amapá. *Amazônica – Revista de Antropologia*. Vol 3, n.01. Belém, 2011.

CAMBRAIA, Paulo; Lobato, Sidney. **Rios de História**: ensaios de história da Amazônia e do Amapá. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

CARDOSO, Francinete do Socorro dos Santos. **Entre conflitos, negociações e representações**: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

COULY et al. **Síntese Missão Cunani**. Programme Usart. Paris, 2010.

CUNHA, Euclides da, 1866-1909. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos / Euclides da Cunha; seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 393 (Coleção Brasil 500 anos).

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

Fundação Marco Zero – Fundação Universidade Federal do Amapá. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural da Comunidade Cunani**: Macapá, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da culturas**. 1. ed., reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

GODAR, Olivier. A Gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In. VIEIRA, Paulo Freire e Weber, Jacques (orgs). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

Gomes, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GUEDES, Eneias Barbosa. **Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure-PA**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange**. Brasília, 2010.

INCRA. **Estudo Fundiário do Território Quilombola da Comunidade do CUNANI. Macapá. 2013**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

\_\_\_\_\_. Cidades. **Índice de desenvolvimento humano municipal 2013**.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipelagos da Nova Guiné Melanésia. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, os pensadores, 1978.

MEGGERS, Betty J; EVANS, Clifford. Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon. **Bulletin of the Bureau of American Ethnology**, 1957.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NUNES FILHO, Ednaldo Pinheiro. **Pesquisa Arqueológica no Amapá**. 2ª Edição. Ed. Fama, Vitória. 2005.

PICANÇO, E. V. **Informações sobre a história do Amapá – 1500 – 1900**. Macapá, Imprensa Oficial, 1981.

PASSOS, Ana Raquel Oliveira da Costa; GEMAQUE, Irani do Socorro Freitas da Costa. História da defesa do meio ambiente. In: CHAGAS, marco Antonio (org.) **Sustentabilidade e Gestão Ambiental no Amapá**: saberes tucujus. Macapá: SEMA, 2002.



QUEIROZ, Jonas Marçal de. História, mito e memória: o Cunani e outras Repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? In: **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993, pp. 143-158.

ROCHA, Gilberto Miranda et al. **Governança, integração e meio ambiente na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2007.

RODRIGUES, Edgar. República do Cunani. **O estado e sua história**. Governo do Estado do Amapá. Disponível em: [http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/historia/republica\\_cunani.jsp](http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/historia/republica_cunani.jsp). Acesso em out. de 2013.

ROSTAIN, S. 1994. **L'Occupation Amérindienne Ancienne Du Littoral de Guyane**. Tese de Doutorado. Paris. Centre de Recherche en Archaeologie Precolombienne (CRAP), Université de Paris I.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SARNEY, José. Pronunciamento do Senador José Sarney. In: Sarney et al. **Rio Branco e a questão com a Guiana Francesa**. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 7-32.

SARNEY, José & COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SEGATTO, Rita. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **História Revista**. jul/dez. 2015

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOSTES, José Alberto. **Além da Linha do Horizonte**. João Pessoa: Sal da Terra, 2012.

VALLEJO, Luiz Renato. **Unidades de conservação**: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Disponível em [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br). Acesso em 22 mai.2015.

Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Disponível em [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Acesso em 13 ago. 2015

Sítio RAMSAR / Zonas Úmidas. Disponível em [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br). Acesso em 13 ago. 2015

**Anexo A** - Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange.

Publicado no Diário Oficial da União Nº 30, quinta-feira, 14 de fevereiro de 2013.

## **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

### **PORTARIA Nº- 147, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013**

Renova o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange, no Estado do Amapá.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto nº 84.913 de 15 de julho de 1980, que criou o Parque Nacional do Cabo Orange;

Considerando a Portaria IBAMA nº 21, de 9 de março de 2006, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo IBAMA nº 02001.007705/2002-43, resolve:

Art. 1º - Fica renovado o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação do plano de manejo da unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange é composto pelas seguintes representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil:

#### **I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;
- b) Escritório Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis em Oiapoque - IBAMA, sendo um titular e um suplente;
- c) Comando de Fronteira Amapá e 34º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, sendo um titular e um suplente;
- d) Administração Executiva Regional de Oiapoque da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo um titular e um suplente;
- e) Superintendência do Patrimônio da União no Amapá - SPU/AP, sendo um titular e um suplente;
- f) Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Amapá - SR/DPF/AP, sendo um titular e um suplente;
- g) Superintendência Regional do Amapá - SR(21) AP do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sendo um titular e um suplente;

- h) Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Amapá - MPA/AP, sendo um titular e um suplente;
- i) Capitania dos Portos do Amapá, sendo um titular e um suplente;
- j) Universidade Federal do Amapá, Campus Oiapoque - UNIFAP; sendo um titular e um suplente;
- k) Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, sendo um titular e um suplente;
- l) Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá - RURAP, sendo um titular e um suplente;
- m) Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá - IEPA, sendo um titular e um suplente;
- n) Universidade do Estado do Amapá - UEAP, sendo um titular e um suplente;
- o) Prefeitura Municipal de Calçoene/AP, sendo um titular e um suplente; e
- p) Prefeitura Municipal de Oiapoque/AP, sendo um titular e um suplente;

## II - DA SOCIEDADE CIVIL

- a) Associação Ambiental Pegadas do Oiapoque-AAPO, sendo um titular e um suplente;
- b) Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo de Cunani - AMRQC, sendo um titular e um suplente;
- d) Associação dos Produtores Rurais da BR-156 Vale do Primeiro do Cassiporé - ASPROVAC, sendo um titular e um suplente;
- e) Associação Agroextrativista do Cassiporé, sendo um titular e um suplente;
- f) Associação da Colônia do Carnot, sendo um titular e um suplente;
- g) Colônia de Pescadores de Oiapoque Z-3/CPO-Z3, sendo um titular e um suplente;
- h) Colônia de Pescadores de Calçoene Z-9/ PC-Z9, sendo um titular e um suplente;
- i) Cooperativa dos pescadores do Município de Calçoene/AP - CALÇOPESCA, sendo um titular e um suplente;
- j) Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque - CCPIO, sendo um titular e um suplente; e
- k) Comunidade da Vila de Taperebá/AP, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional do Cabo Orange, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3o - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange serão estabelecidos em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§1º - O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias contados a partir da data de posse.

§2º - Antes de sua aprovação ou alteração pelo Conselho, o regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4o - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.


Art. 5o - Toda proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova portaria.

Art. 6o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

**Anexo B - Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani.**

**CÓPIA COLORIDA**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**


**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Cunani**, localizada no município de Calçoene, Estado de Amapá, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 002, Registro n. 125; fl. 30, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Lucivaldo Soares Alves – CPF/MF nº 388.749.892-53  
 Rosimeire Ramos Macedo – CPF/MF nº 226.648.152-53  
 Manoel Valvik dos Santos Chagas – CPF/MF nº 209.291.612-20  
 Rosineia Damasceno dos Santos – CPF/MF nº 225.946.392-49  
 Domingos Ramos Damasceno – CPF/MF nº 229.156.802-72

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **02 de março de 2005.**

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

*“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salóndy)*

